

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial



MODERAÇÃO, RENOVAÇÃO E CONFIANÇA

O último Conselho Nacional do PSD deu o mote para as campanhas eleitorais que se aproximam: moderação, renovação e confiança.

Moderação porque, ao contrário do que alguns ingénuos pensam, a vitória nas legislativas e autárquicas não é um facto consumado. É preciso trabalho, muito trabalho e, sobretudo, humildade.

Renovação porque é tempo de refrescar o partido com novos protagonistas. Mais qualificados, mais enérgicos, mais criativos. E sobretudo mais representativos da sociedade civil. O PSD também aqui deve dar o exemplo. Apostar nos melhores. E dizer não aos homens do aparelho que se perpetuam nos lugares.

Confiança porque que mais cedo ou mais tarde a verdade por que sempre nos batemos irá triunfar. É essa a matriz identitária dos nossos valores, dos nossos princípios e dos nossos ideais. Por uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária.

Só assim venceremos.

Acredito que seremos capazes.

Yes we can.

Jorge Neto

A situação de Portugal exige que o PSD faça nascer um novo modelo de desenvolvimento



Destaques:

A Presidente no encerramento da convenção autárquica do Algarve

Página 2 e seguintes

O erro de Sócrates

Em "Lido nos Jornais"

Analistas consideram que a Presidente "mantém a sua imagem positiva"

Em "Actividades da Presidência"



Encerramento da convenção regional autárquica do PSD/Algarve



A presidente do PSD pediu hoje aos autarcas e aos candidatos sociais-democratas, na noite de 27, que, durante a campanha eleitoral, não façam promessas que não possam cumprir, sublinhando considerar “a verdade” como um valor do partido.

“Não façam promessas que não podem cumprir. Falem só a verdade às populações”, recomendou Manuela Ferreira Leite aos autarcas, durante o encerramento da convenção regional autárquica do PSD/Algarve, que decorreu hoje em Lagoa (Algarve).

Para a presidente do principal partido da oposição, “as eleições legislativas são um desafio tremendo que os portugueses vão enfrentar e, como se realizam em datas muito próximas das autárquicas, “vão arrastar-se umas às outras”.

“Estas duas eleições, ao serem muito próximas umas das outras, vão mobilizar todos e temos consciência que elas se vão arrastar umas às outras”, observou Manuela Ferreira Leite.

A presidente do PSD disse ainda que o partido “vai entrar numa luta para ganhar tudo”, acrescentando que “a força dos autarcas sociais-democratas é

essencial para o país e não vai deixar de arrastar o que é a necessidade de mudança do Governo de Portugal”.

No seu discurso, que durou cerca de quinze minutos, Manuela Ferreira Leite disse ainda que, ao “enfrentar problemas sociais, o país está numa fase difícil e complexa, sendo as eleições um instrumento que permite perspectivar uma vida melhor para os portugueses”.

No final do seu discurso, Manuela Ferreira Leite abandonou a sala de congressos do Pavilhão do Arade, em Lagoa, sem falar aos jornalistas.

Analistas consideram que a Presidente “mantém a sua imagem positiva”

A presidente do PSD manteve a sua imagem positiva a seguir às eleições europeias, consideraram analistas políticos ouvidos pela Lusa, embora para uns tenha ganhado confiança e para outros atenção mediática, destacando-se como alternativa de poder.

Confrontado pela agência Lusa com estas opiniões, o director de campanha

do PSD, Agostinho Branquinho, comentou: “Depois de uma vitória eleitoral, tentar mudar a imagem da dra. Manuela Ferreira Leite era o pior dos erros que poderíamos cometer”.

Agostinho Branquinho defendeu que “o principal activo que o PSD tem é a dra. Manuela Ferreira Leite, tal conforme ela é”.

Na opinião do politólogo Carlos Jalali, Manuela Ferreira Leite “tem uma imagem anti-imagem” e depois da vitória do PSD nas eleições europeias “mantém esse padrão, mas de uma forma confiante”.

Segundo o professor da Universidade de Aveiro, “a atitude de comunicação da presidente do PSD demonstra uma maior confiança após as eleições europeias”, porque a vitória nessas eleições “validou uma estratégia eleitoral que tinha sido muito pessoal” e “atenuou a oposição interna” e também porque “a vitória do PS nas legislativas é cada vez menos um dado adquirido”.

O politólogo Manuel Meirinho disse não encontrar, “de modo significativo, nenhuma mudança” recente na imagem ou na comunicação política da presidente do PSD.

“Tem uma imagem estrutural que não muda”, considerou o professor de ciência política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Por sua vez, o investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, António Costa Pinto sustentou que “ninguém muda depois dos 60 anos” e na entrevista que deu esta semana à SIC que Manuela Ferreira Leite não mostrou “mais confiança do que há um mês, mostrou a mesma...”.

“Mudaram as circunstâncias. Portanto, ela assume-se hoje como candidata mais credível do que era. A crise económica, a impopularidade do Governo, a vitória eleitoral deram-lhe maior eco”, considerou.

De acordo com António Costa Pinto, “a vitória nas europeias deu-lhe maior destaque mediático” e “foi uma estrutura de oportunidade para a dra. Manuela Ferreira Leite emergir como alternativa, mas ela não alterou fundamentalmente a sua imagem, nem sequer a sua estratégia”.

O politólogo Adelino Maltês centrou a sua análise no percurso político de Manuela Ferreira Leite como presidente do PSD, considerando que, “um pouco à



imagem do seu inspirador, o dr. Cavaco Silva, passou uma fase de gestão do silêncio” e depois “começou a jogar póquer, lançando uma lebre, neste caso, Paulo Rangel”.

“Depois da primeira jogada”, a entrevista de Manuela Ferreira Leite à SIC “foi a mais consolidada, revelou o sentido estratégico que vai desenvolver nos próximos dois, três meses” e “a partir de agora vai haver um confronto claro entre a liderança do PSD e a liderança do PS”.

Segundo Adelino Maltês, “a gestão do silêncio deu-lhe imprevisibilidade” e fez com que fosse ouvida. “Ela até agora geriu bem. O fim do jogo vamos ver”, rematou.

O director de campanha do PSD fez questão de observar que Manuela Ferreira Leite “foi mostrada tal como é nos cartazes”, ao contrário do que sugeriam “políticos e analistas, que usaram adjectivos como viúva” para descrever a sua imagem.

“Isso não nos fez tergiversar um minuto, porque considerávamos que o principal activo do PSD é a dra. Manuela Ferreira Leite exactamente como ela é”, sublinhou, afirmando que a presidente do PSD “não abdicou um milímetro do percurso delineado há meses, não mexeu uma palha”.

Sócrates utiliza um activo estatal para defender a sua imagem

A líder do PSD acusou, no dia 26, o primeiro-ministro, de utilizar a ‘golden share’ na Portugal Telecom para defender a sua imagem, recorrendo “ao argumento mais extraordinário”, de afastamento de suspeições, para vetar o negócio com a Media Capital.

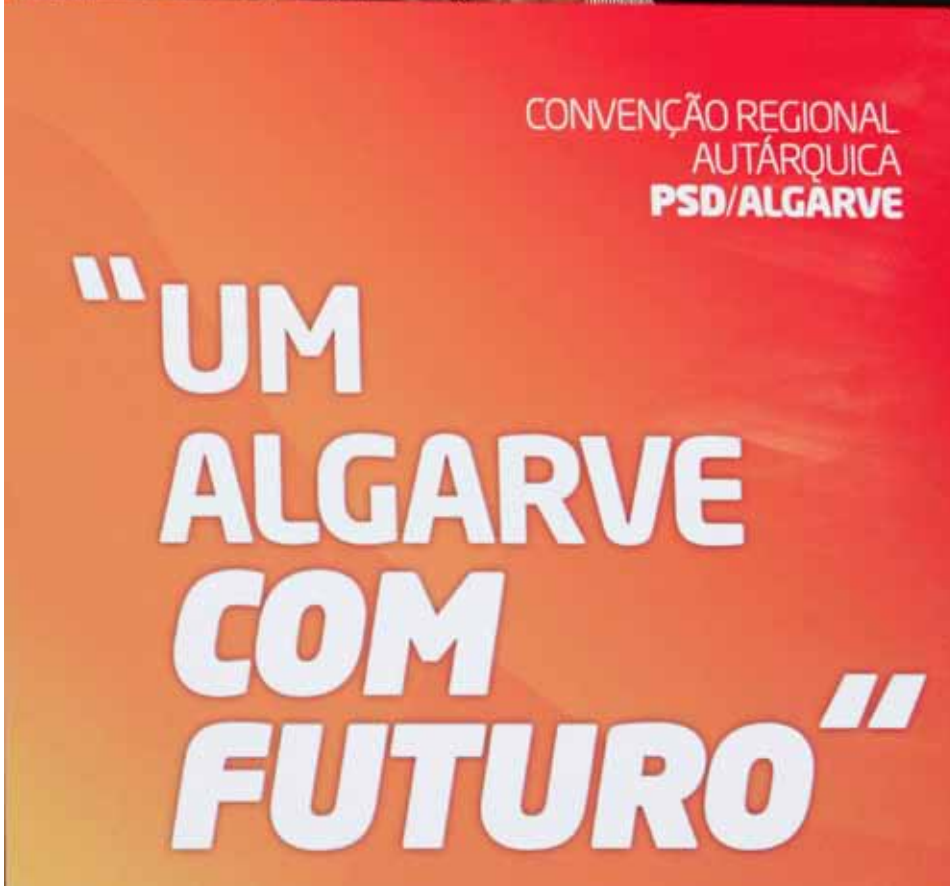
“[O primeiro-ministro] hoje vetou o negócio com o argumento mais extraordinário que eu algum dia vi o governo utilizar. Utilizou o argumento que é impensável com alguma responsabilidade de Estado que foi a defesa da sua imagem. É a primeira vez que uma ‘golden share’ é utilizada com semelhante argumento”, criticou Manuela Ferreira Leite em declarações aos jornalistas na sede social-democrata.

A presidente do principal partido da oposição sublinhou que uma ‘golden share’ é uma posição dominante do governo numa empresa e deve apenas ser utilizada em defesa do interesse nacional ou do interesse da empresa.

“Mas este argumento [usado pelo primeiro-ministro] veio dar-me dupla razão. É que desde o primeiro momento a grande preocupação do primeiro-ministro era exclusivamente a sua imagem”, afirmou hoje a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite”, acrescentou Ferreira Leite.

Manuela Ferreira Leite afirmou ainda que “a sequência dos factos” veio mostrar que “tinha razão”, ao ter afirmado quarta-feira que não podia ser verdade que o primeiro-ministro desconhecia o negócio entre a Portugal Telecom (PT) e a Media Capital.

“Não era possível ser verdade, porque o governo tem uma ‘golden share’ e não pode deixar de ser informado sempre que há qualquer opção de natureza estratégica em relação à empresa. Isso, e o facto de



o primeiro-ministro ter negado esse facto que não podia ser negado, levou-me obviamente a ter sérias dúvidas acerca do objectivo desse negócio”, afirmou a líder do principal partido da oposição.

Manuela Ferreira Leite acrescentou também que as suas dúvidas foram reforçadas depois de o primeiro-ministro, José Sócrates, ter citado a questão da alteração da linha editorial da TVI, o canal de televisão generalista detido pela Media Capital.

O primeiro-ministro afirmou hoje no Parlamento que se oporá à compra PT de parte da Media Capital para que não haja a mínima suspeita de que esse negócio se destina a alterar a linha editorial da TVI.

“Compreendemos perfeitamente o interesse empresarial da PT e esperamos que a PT continue a prosseguir esse interesse estratégico na procura de mais conteúdos. Mas esperamos que o possam prosseguir de outra forma, porque o Governo não quer que haja a mínima suspeita de que esta compra de parte da TVI se destina a qualquer alteração da sua linha editorial, ou a alterar uma posição de independência relativamente às linhas editoriais de qualquer estação de televisão”, declarou José Sócrates.

Após a vitória do PSD nas legislativas, a Presidente vai “libertar a Sociedade e o Estado”

A presidente do PSD prometeu que, após vencer as eleições legislativas, vai “romper com todas as soluções adoptadas pelo PS em termos de política económica e social” e libertar a sociedade do Estado.

Num jantar com o grupo parlamentar do PSD, na Assembleia da República, Manuela Ferreira Leite afirmou que não quer “fazer a mesma coisa” que tem feito o Governo do PS mas sim “fazer muito melhor”.

Mais à frente, considerou que Portugal está “empobrecido, não cresce, não enriquece e, pior do que isso, não tem potencial de crescimento”, encontrando-se num “beco sem saída”, situação que exige que o PSD aposte num “novo modelo de desenvolvimento”.

“Nós vamos repudiar todas as receitas que o PS tem estado a adoptar para o país”, adiantou.

“Nós vamos rasgar e romper com todas as soluções que têm estado a ser adoptadas em termos de política económica e social, para que tenhamos resul-

tados diferentes”, reforçou a presidente do PSD.

Na sua intervenção, Manuela Ferreira Leite sustentou que “o Estado tomou como pretexto a crise económica para aos poucos e poucos tomar como dependente do Estado tudo o que é empresas, famílias, sociedade civil”.

“Tudo está dependente do Estado. Um país assim não se desenvolve e, tanto não se desenvolve, que os resultados estão à vista”, prosseguiu.

“O empreendedorismo vai ser uma palavra-chave do nosso programa. Só assim se combate o desemprego, só assim se desenvolve o país, só assim se retira a sociedade civil das amarras do Estado”, acrescentou Manuela Ferreira Leite, elegendo essa “libertação” como “desafio fundamental” para o PSD caso venha a formar Governo.

Perante os deputados sociais-democratas, a presidente do PSD afirmou ainda que sente que “o clima político neste momento é diferente” e que vai propor “o caminho mais difícil”, que no seu entender é o de recuperar “os valores e princípios do PSD, de exigência, de rigor e de não enganar ninguém”.

Manuela Ferreira Leite apontou ainda o deputado e candidato social-democrata à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes, como “exemplo democrático para todos os elementos do partido”.

Manuela Ferreira Leite pediu desculpa aos restantes deputados por “salientar o caso do Pedro Santana Lopes”, que considerou “exemplar em termos de capacidade de servir um partido”.

“Foi presidente do partido, foi primeiro-ministro e foi deputado depois de ter exercido essas funções. E, depois de o partido neste momento ter definido como critério que alguém candidato a uma autarquia não se devia candidatar a deputado por uma questão de seriedade perante o eleitorado, o Pedro Santana Lopes teve a humildade de optar por se candidatar a uma autarquia”, elogiou.

É verdadeiramente notável em termos de humildade democrática que desejo que todas as pessoas soubessem protagonizar. Efectivamente, é um exemplo democrático para todos os elementos do partido”, acrescentou a presidente do PSD, enquanto Pedro Santana Lopes, sentado na mesa da comunicação social, lhe acenava em sinal de agradecimento.

“Peço desculpa por ter feito este sublinhado especial mas penso que era merecido”, disse ainda a presidente do PSD.

Durante a sua intervenção, Ferreira Leite descreveu a actual legislatura como “uma legislatura difícil” para o PSD, porque foi “uma legislatura na oposição, ainda por cima com maioria absoluta” e com “mudanças na liderança do partido e na liderança do grupo parlamentar”.

No seu entender, o grupo parlamentar do PSD mostrou a sua força ao “resistir a toda esta evolução que foi complexa” e “todos os deputados” sociais-democratas se comportaram ao longo da legislatura de “forma exemplar”.

“Felizmente, estamos a acabar esta legislatura da melhor forma possível, com capacidade de nos apresentarmos como alternativa ao poder”, concluiu. – Fonte: Lusa



Paulo Rangel revela emoção pela breve partida para Bruxelas

O líder parlamentar do PSD e recém-eleito eurodeputado, Paulo Rangel, revelou que é “com muita emoção” que vai, “mais dia, menos dia”, abandonar o Parlamento português.

Num jantar com os deputados sociais-democratas no qual esteve presente a presidente do PSD, Paulo Rangel apontou a vitória nas eleições europeias como um reconhecimento da oposição social-democrata e defendeu que está “a renascer a esperança” em Portugal. “Temos feito uma oposição muito firme, muito consistente, nunca demagógica, ao Governo e à maioria absoluta do PS. Esse trabalho consistente julgo que foi depois premiado nas eleições europeias”, afirmou.

“Isso põe também muito alto as nossas responsabilidades”, acrescentou Paulo Rangel, dizendo que só o PSD pode ser alternativa ao PS e que cabe aos sociais-democratas “pôr na rua uma alternativa”.

“Está nas nossas mãos a capacidade de criar uma alternativa, de dar uma esperança a Portugal”, reforçou.

Resolvido o caso do “Provedor de Justiça”

Os líderes parlamentares do PS, Alberto Martins, e do PSD, Paulo Rangel, apelaram hoje às restantes forças políticas para que apoiem a candidatura do conselheiro Alfredo José de Sousa ao cargo de Provedor de Justiça.

Este apelo às restantes forças políticas com representação parlamentar foi feito tanto por Alberto Martins, como por Paulo Rangel, após terem anunciado o nome do candidato conjunto da Provedor de Justiça, cuja eleição está marcada para 10 de Julho próximo na Assembleia da República.

O líder parlamentar do PS considerou que o conselheiro Alfredo José de Sousa “é um magistrado ilustre”, lembrando que foi “durante dez anos presidente do Tribunal de Contas”.



“Demos já conta a todos os outros partidos, abrindo a possibilidade de a sua candidatura ser subscrita. Estão reunidas todas as condições para que na próxima data de eleição o novo Provedor de Justiça possa ser eleito”, declarou Alberto Martins.

O presidente do Grupo Parlamentar do PSD fez questão de salientar que o nome do conselheiro Alfredo José de

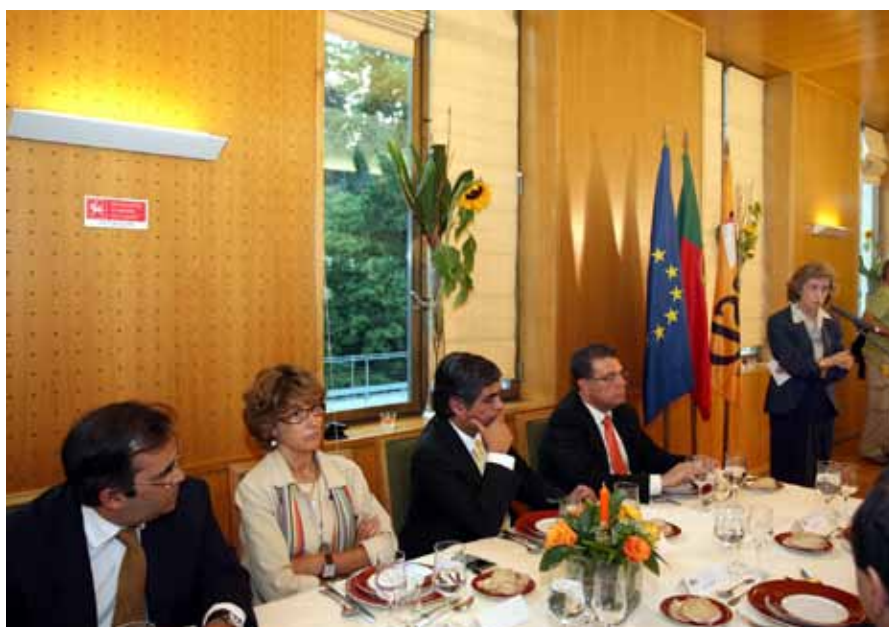
Sousa é “uma candidatura conjunta” de socialistas e sociais-democratas, “depois de um processo difícil”.

“É um grande contributo para o lugar de Provedor de Justiça. Além de uma experiência profunda, o conselheiro Alfredo José de Sousa é um magistrado cuja isenção, prestígio, sentido de serviço à República e ao interesse público são

muito conhecidos”, disse.

Paulo Rangel fez ainda questão de frisar que os grupos parlamentares PSD e PS “congratulam-se muito por ter sido possível chegar a este acordo”.

“Abrimos este consenso a todos os partidos para que se trata de uma candidatura o mais abrangente possível”, acrescentou. - Fonte: Lusa





Parabéns e um apelo aos deputados europeus

Parabéns pelo vosso empenho político nas Europeias.

Queria deixar um apelo aos Deputados: para serem credivéis falem com muita firmeza, mas sem arrogância.

Falem verdade e ao falarem dos adversários, salientem, com verdade, o que fizeram de positivo e o muito que deixaram de fazer e os erros que cometeram.

Tenham em atenção que o subsídio de emprego que vem ter a casa sem nenhum trabalho, desmotiva a criatividade e muita gente vai dizendo: "Para quê ir trabalhar se o dinheiro vem ter a casa!". Atenção a estas situações. Quem podia trabalhar e não trabalha, está a roubar os outros!

Os artigos portugueses estão a desaparecer do mercado. Os milhões que estão a ser gastos para os desempregados poderiam ser gastos para ajudar as empresas a não fecharem e a manterem os postos de trabalho. Subsídios a custo de nada, irão lançar o País na miséria.

Coragem para vencerem novas batalhas sempre unidos uns aos outros e à grande Mulher Manuela Ferreira Leite.

Como sou crente e estou em Fátima, acompanho-vos com a minha prece junto da Mãe e Rainha de Portugal e do Mundo. - Remetente identificado, identidade omitida a seu pedido

Sócrates acabou! Já não ganha mais nada...

Muitos parabéns pela entrevista à SIC-Notícias, da Dr^a Manuela Ferreira Leite à SIC, estive muito bem, embora por vezes respondesse num tom mais duro à jornalista, que não era nada agressiva.

Só se houver inabilidade do partido é que não ganham as eleições com uma margem confortável. Podem chegar aos 40% o que é bom. Têm de bater muito na tecla (até à exaustão) de que o PS esteve 13 anos no governo nos últimos 15 e o país só piorou todos os anos que eles lá estiveram, e que o PSD não fez mais porque eles não deixaram. Sócrates não tem argumentos contra isto. Têm de dizer que o PS só serve para esbanjar o dinheiro dos contribuintes e que ele não se preocupa a sério com as pessoas mas sim em subir e ganhar mais de qualquer maneira nem que seja a burlar.

Depois devem falar no carácter corrupto de Sócrates (personalidade reles sem dúvida) ataca-lo com isso e da política de aparências que governa só para as estatísticas. Devem dizer que o desemprego já estava nos 12 ou 13 % se não fosse a forte emigração e a ausência de registos de pessoas que já desistiram de procurar emprego.

A ênfase na política da verdade está a dar resultados, embora muitos dentro do partido estejam medrosos com isso, habituados como estavam à política tipo José

Socrates (Politica das aparências) /.../ Sócrates é um produto da JSD atenção as verdades doiem mas é preciso mudar as coisas. Acabar com a políticas dos favores e das cunhas nos partidos, dar lugar aos melhores, que são sempre abatidos pelos caciques locais, ficando só os mais reles (há muitos Sócrates no PSD) /.../ Se a Dr^a Ferreira Leite continuar no caminho que vem seguindo está bem, pois os portugueses não lhes interessa se temos de ter um TGV e passar fome, mais ou menos qualificações quando não há empregos qualificados no país, mais ou menos convergência com a Europa (que só serve para nos lixar) querem é ter uma vida boa.

/.../A Dr^a Manuela Ferreira Leite deve ouvir o povo e os seus anseios e aspirações, ouvir os pequenos empresários e também os grandes (embora não faça tudo o que eles querem), as associações profissionais as pessoas comuns. Deve vir mais para a rua, não ter medo das pessoas, porque as pessoas gostam dela. Mas deve evitar ambientes onde não gosta de estar, pois, claro que ninguém gosta de tudo e ninguém a pode obrigar a fingir.

Se ela continuar a ser uma Política séria, o povo será o seu maior aliado, mas se não o for será castigada tal como os outros que estavam mais interessados nos empregos em grandes empresas do que em defender o povo. O povo não é parvo.

Ela deve escolher uma boa equipa para salvar o país. Sócrates acabou não ganha mais nada. Acreditem. As pessoas estão fartinhas dele nem o podem ver já nem pintado. - Orlando (Correspondente identificado)

Senhora Presidente, Dr^a. Manuel Ferreira Leite,

sou de Armamar, apoiante do nosso Presidente autárquico, sr. Hernani Almeida, homem sério e de bons costumes, salvo a vertente desportiva.

Neste preciso momento acabei de assistir à sua entrevista em directo na sic. Fico muito satisfeito pela sua postura e frontalidade. Sei as eleições que se avizinham vão ser uma luta difícil, porque vai à luta sem trunfos manhosos. O único trunfo que a Sr^a Presidente tem é o trunfo da frontalidade e da verdade.

Lamento que não tivéssemos angariado mais eurodeputados, mas mesmo assim fez tremer, e se me permite a expressão, "O Elefante Branco".

Não me revejo na política actual. O povo Português precisa de mais e melhor qualidade.

Não sou filiado no PSD porque não tenho condições financeiras para o fazer, mas apoiar-vos-ei para dar volta ao estado da Nação.

Sou colaborador dos CTT e até há bem pouco tempo exercia um cargo de chefia, mas como a nossa empresa vive da política, fui mais um colaborador banido do terreno. Gostaria de, um dia, divulgar o meu caso para que assim a Sr^a. Presidente pudesse conhecer a "podridão" da nossa empresa.

PSD, sempre à frente

Os meus parabéns.

- J. G. (Correspondente identificado)

Mais um escândalo em perspectiva? Microsoft começou a elaborar site por ajuste directo e já derrapa...

Por Luísa Pinto

O Instituto da Construção e Imobiliário (InCI), organismo público que ficou responsável pela execução do Código dos Contratos Públicos, e pela criação de um portal, onde devem ser publicitados todos os ajustes directos e derrapagens, em nome da transparência e do rigor no uso dos dinheiros públicos, não está a conseguir, neste mesmo portal, dar o melhor exemplo.

O portal está a ser desenvolvido pela Microsoft, num contrato para o qual não houve concurso público, e onde já há derrapagens.

Segundo o InCI, a elaboração deste portal - que funciona no endereço www.base.gov.pt - foi adjudicada à Microsoft a 27 de Junho de 2008, por ajuste directo, considerando, à data, a urgência de implementação do portal". Nessa altura, as portarias que regulamentam o portal ainda não tinham sido publicadas e estava-se, então, a um mês e dois dias da entrada em vigor do Código da Contratação Pública.

Porém, segundo dados a que o PÚBLICO teve acesso, a Microsoft começou a trabalhar no portal antes da adjudicação, numa altura em que o contrato de ajuste directo não tinha sido assinado, já que apenas o foi a 4 de Novembro de 2008. A Microsoft era consultora do Ministério das Obras Públicas e colaborou com a secretaria de Estado na preparação das portarias que vieram regulamentar o Código - e acabou por ver ser-lhe adjudicada a elaboração de um serviço para o qual foi consultora, ao arripio das recomendações legais. E, apurou o PÚBLICO, se houve atrasos na assinatura do contrato é porque existiram divergências entre a empresa e a direcção do InCI sobre o seu conteúdo.

Nas respostas enviadas ao PÚBLICO, o InCI explica que o ajuste directo foi feito por 268.800 euros, que o contrato "ainda se encontra em execução" e "prevê uma garantia de seis meses após a sua conclusão para a manutenção correctiva do sistema". Documentos consultados pelo PÚBLICO demonstram que em Junho foi feita a comunicação da decisão de contratar, mas que a assinatura aconteceria ape-

Lido nos jornais



nas em Novembro, depois de negociações e divergências entre a empresa e a direcção do InCI, que pretendia um típico contrato de concepção/construção: isto é, a Microsoft concebia e executava o portal, pela verba contratada. Não é esse o entendimento da empresa, que já apresentou ao InCI facturas que duplicam o valor do contrato assinado.

O portal ainda não está todo operacional e já se lhe conheceram algumas soluções de emergência. A soma das facturas que foram sendo apresentadas já significaria uma derrapagem estranha para o valor do contrato. Pelo caminho, foi pública a polémica por causa da impossibilidade de fazer pesquisas e consultas no Portal, apesar do

custo irrisório dessa função, ou a necessidade de criar um regime excepcional, por causa dos concursos que iriam ser lançados, por exemplo, pela Parque Escolar. A Microsoft cobrou mais de 20 mil euros para fazer esta alteração.

Contactada pelo PÚBLICO, fonte oficial da empresa limitou-se a confirmar a adjudicação de um contrato de serviços com o InCI, que o projecto ainda está em curso, e que está disponível uma versão da solução em produção, sem referir qualquer atraso. Mas recusa-se a falar dos detalhes que envolveram o processo de desenvolvimento já que estes pertencem "à esfera privada da relação contratual que estabelecemos com os clientes e que não são do domínio público".

Confrontado pelo PÚBLICO, também Ponce de Leão, presidente do InCI na altura destes factos, recusou-se a prestar esclarecimentos. "Não acho que seja a altura, por agora, para me pronunciar sobre essas matérias", limitou-se a responder. Ponce de Leão foi substituído pelo antigo inspector-geral de Obras Públicas na direcção do InCI há cerca de um mês. - (No "Publico" de segunda-feira, com agradecimentos)



O erro de Sócrates

Muita gente (inclusive no PS) acha que a explicação para o mau resultado nas europeias está na teimosia de Sócrates e nas medidas erradas que o Governo tomou – sendo necessário arrear caminho.

Ora é evidente que nem todas as medidas foram boas.

Mas o principal problema de Sócrates nas legislativas (e é isso que interessa) não será aquilo que Sócrates fez – mas o que Sócrates garantiu que faria e não fez.

O que fará moça nas legislativas serão os recuos, as hesitações, os ziguezagues do Governo com o aproximar das eleições.

Serão as decisões anunciadas com pompa e circunstância – e depois não concretizadas.

Porque isso afecta a imagem do primeiro-ministro – contribuindo para ele deixar de ser visto como um político determinado e decidido para ser tido como um político hesitante e indeciso.

Apesar de ter sido ministro de Guterres, Sócrates assumiu a chefia do Governo com a imagem oposta.

Onde Guterres gostava do compromisso, do adiamento das decisões, da fuga aos confrontos, Sócrates decidia, cortava a direita, não temia afrontar interesses.

Foi isso que o impôs.

Só que, com a derrota nas europeias, Sócrates decidiu parecer-se mais com Guterres e menos com ele próprio.

Rendeu-se ao compromisso, ao consenso, ao ‘é melhor não decidir para não levantar ondas’.

Deixou completamente de falar no novo aeroporto.

Adiou o TGV.

Reconheceu erros no critério de avaliação dos professores.

Esqueceu definitivamente as reformas na Saúde.

A história do TGV faz-me lembrar – salvaguardadas as devidas distâncias – a do elevador do Castelo de S. Jorge, proposto por João Soares quando era presidente da Câmara de Lisboa.

Depois de ter defendido com unhas e dentes a obra, Soares deixou-a cair – para (supostamente) retirar à oposição camarária um argumento de campanha eleitoral.

Só que Soares desistiu do elevador – mas perdeu à mesma as eleições.

Acresce, em relação ao TGV, que a desistência das grandes obras cria um ambiente de fim de ciclo, de equipa que vai sair, que está a dizer adeus, a arrumar os papéis – o qual obviamente não favorece o Governo.

Chegados a este ponto, dirão os leitores: mas Sócrates não era antes criticado por ser arrogante?

Agora, que tem a humildade de recuar, será justo continuar a criticá-lo?

O primeiro-ministro é preso por ter cão e por não ter?

Aqui reside precisamente o nó da questão.

O erro de Sócrates e da sua entourage é confundirem ‘arrogância’ com ‘determinação’.

As pessoas não gostam de políticos arrogantes – mas gostam de políticos determinados.



Ao recuar em toda a linha na fase final do mandato, Sócrates comete um erro de palmatória.

Porque isso afecta a ideia que tínhamos dele.

Basta recordar que, não há muitos meses, ele garantia: «O Governo não deixará de fazer as reformas de que Portugal precisa, mesmo que o preço a pagar seja a derrota eleitoral».

É difícil, perante isto, entender que o Governo comece a recuar nas reformas, dizendo especificamente que se quer reconciliar com o eleitorado...

Mas, independentemente de se concordar ou não com os recuos, a questão que agora se coloca é esta: até que ponto podemos daqui para a frente confiar no que Sócrates diz?

Quando, na campanha eleitoral, fizer uma promessa, devemos acreditar nela ou não?

Se ele dizia que sem reforma da Saúde o sistema entraria em colapso – e afinal desistiu de a fazer; se dizia que a avaliação dos professores era uma questão inegociável – e depois corrigiu-a; se dizia que o TGV era para avançar imediatamente – e finalmente adiou-o; quem daqui para a frente poderá acreditar firmemente no que Sócrates disser?

Se ele e os seus ministros afirmaram no passado, com tanta convicção, tanta coisa que depois não se concretizou, como poderemos saber se as promessas de futuro serão mesmo para cumprir?

As reformas interrompidas são para avançar ou para meter para sempre na gaveta? E as grandes obras vão ou não para a frente?

Mas a grande dúvida que se coloca ainda é esta: em fins de Setembro vamos escolher um Sócrates mais parecido com o homem determinado que ele era – ou com o político receoso que é hoje?

P.S. – Depois do que Sócrates disse sobre a TVI, o afastamento de Moniz seria terrível para o Governo. Os accionistas da estação (PT incluída...) tiveram o bom senso de o perceber a tempo. – (Publicado por JAS, no dia 26; com nossos agradecimentos)

A opinião dos outros

A «renovação» que se exige

J. Pacheco Pereira (*)

Quando Churchill chegou em 1940 ao lugar de primeiro-ministro de uma nação em guerra e a perder essa guerra, tinha quase quarenta anos de experiência parlamentar. Tinha sido quase tudo o que se podia ser: militar, estratega, parlamentar, ministro, jornalista, escritor, historiador, homem público, tudo. Era certamente uma das faces mais “gastas”, como agora se diz, da vida política britânica. Era, com igual certeza, uma das pessoas que menos “renovação” traziam ao governo, ele que já por lá tinha passado várias vezes e algumas delas de forma bem conflitual. Era, com a certeza das certezas, uma personalidade “pouco consensual”, tendo distribuído uma seara de ódios, de facções, de confrontos, de polémicas, ímpar nesses mesmos quarenta anos que o século durava. Tinha inimigos, completamente hostis, que o consideravam tudo aquilo que a política não devia ser: era acusado de ser irresponsável, incompetente, vingativo, belicista, conflituoso,

quase um traidor. Os seus adversários odiavam-no muito menos do que os seus correlegionários, um sinal de intensidade do ódio muito particular. No seu partido tinha os maiores inimigos, que o acusavam de tudo o que de mal acontecera ao Reino Unido, desde derrotas militares sangrentas até a desastres eleitorais. Para além disso, era velho, gordo, bebia, era demasiado nobre de nascimento, tinha dívidas, maus costumes e língua afiada. E, homem da escrita e dos jornais, panfletário e excessivo, também não tinha os jornalistas em grande consideração. Em suma: Churchill chumbaria em todos os critérios mediáticos dos nossos dias e seria considerado tudo menos “uma face fresca”, vinda da geração certa, que pudesse receber os elogios da “renovação”, a variante em política do critério de “novidade” permanente que move jornais, rádios e televisões.

*



Vem isto a propósito da redução da “novidade”, logo da “renovação”, como um valor, à idade, ao “turnover geracional”, à “frescura” da face, como se isso fosse um critério fundamental para as escolhas políticos. Com enorme enfado, os jornalistas premeiam ou punem a “renovação” por este critério. Os critérios que usam são bastante parecidos com os da

publicidade e inserem-se na tendência da redução da política ao espectáculo. Paulo Rangel beneficiou dele, mas duvido que esse seja o critério de qualidade que mais lhe interesse, dado que a “novidade” é a primeira coisa a gastar-se. Só quem não reparou na sua performance como líder parlamentar é que se pode ter surpreendido com a sua campanha. Aí também ele não era “novo”, mas foi visto como tal pelos mesmos que o depreciavam como parlamentar e davam sempre a Sócrates as estrelas todas. Foi preciso que o estereótipo se impusesse, para beneficiar dele, neste caso para alguém com mérito. Menos mérito tem quem constrói uma “novidade” para fazer passar o gato pela lebre da “novidade” e, infelizmente, há muitos candidatos para isso e têm, no essencial, boa imprensa. Falsos “novos” como Passos Coelho usam a face como estratégia de marketing e o “novo” como mecanismo de reciclagem. Ou o novo porta-voz do PS, João Tiago Silveira, que



foi apresentado pelo Expresso como uma “lufada de ar fresco” à custa de se iludir a sua actividade concreta como secretário de Estado, que mostrava como os “novos” podem ser os mais eficazes repetidores dos vícios dos velhos.

Muita coisa má se está a promover à custa da idade e da renovação “geracional”, disfarçando conflitos de poder pelos bens escassos, não entrando em conta com outros critérios menos mediáticos e espectaculares. Numa sociedade equilibrada, numa democracia capaz, os critérios incluem a idade e a geração, mas incluem igualmente os costumes públicos, a experiência, os comportamentos, as ideias e as práticas. Ou seja, são indivíduos que são avaliados, não abstrações na moda. Por isso, se me perguntarem que “renovação” eu quero, por exemplo, nas listas de deputados, nos membros do governo, eu respondo de modo muito diferente daquele que por aí impera. Deve ser da idade.

*

Por exemplo, para mim, renovar é trazer para a política pessoas com vida e profissão, que tenham conhecido dificuldades, desilusões, derrotas, perdas, que sejam mais de carne do que de plástico. Há cada vez menos gente assim na política, à medida que nos partidos as jotas funcionam como incubadoras de carreiras semiprofissionais e profissionais de política. Elas implicam quase sempre baixa qualificação profissional, cursos de segunda, pouca experiência profissional e vidas que rapidamente acedem a regalias e prebendas que separam os que as recebem do comum dos cidadãos e dos seus companheiros de geração. Quem entra para assessor numa autarquia, ou para deputado, sem ter tido profissão, tende a ficar preso pela sua falta de qualificações e saída profissional. Os aparelhos partidários estão cheios de gente assim, que gere obediências e sindicatos de voto, a quem não se conhece um “não” que os afaste por consciência de qualquer lugar.

É para mim incompreensível que alguém que discorda profundamente de uma direcção partidária (já não digo de uma política, porque aí é tudo muito maleável) queira ser deputado em representação dessa maneira de fazer política que abomina. Não gosto de dar o meu exemplo, porque num mundo normal isto seria tão habitual como respirar, mas não concordando com a aliança entre o PP e o PSD nas eleições para o Parlamento Europeu, declinei sem qualquer drama o convite para ficar.

Por exemplo, para mim, renovar significa escolher pessoas que mostrem ter uma intransigência grande com a corrupção. Não basta serem honestas e sérias, o que muita gente é na política. É preciso ir mais longe, dada a natureza do meio e das suas tentações, é preciso não pactuar com quem seja menos honesto. Embora este seja um terreno difícil, a “ética republicana” como queria Pina Moura não é apenas a lei e os prevaricadores não são apenas os culpados em tribunal. É necessário que nos partidos políticos haja cada vez mais gente que não ajuda, promova, seja indiferente com quem abusa do seu lugar, quem enriquece sem explicação, quem serve o contínuo tráfego de influências que passa pela política. Os partidos políticos, em

particular o PS, o PSD e o CDS, pagam em termos da opinião pública um preço elevado pelo comportamento dos seus dirigentes e militantes, envolvidos em histórias pouco dignificantes, mesmo que não cheguem a ser crimes. Muito da regeneração possível dos partidos passa por aí, embora reconheça as enormes pressões para marginalizar quem não pactua com esses hábitos.

Para mim, renovar é procurar diversidade, de modo que Portugal todo caiba na política e não apenas os eleitos pela fortuna, pela riqueza e pela classe social e pelo nascimento. Mais importante do que as quotas (que penso serem um absurdo,

como o é a lei da paridade) é encontrar pessoas com capacidade de falarem e serem ouvidas pela sociedade portuguesa em todos os seus matizes. A maioria dos portugueses são operários, agricultores, trabalhadores dos serviços, funcionários públicos, micro e pequeno-empresários, e todos eles estão sub-representados na vida política, quer enquanto tal, quer através de representantes que conheçam os seus problemas e falem a sua língua. É o problema de qualificar a acção política por “saberes” diversos, fruto da experiência, do conhecimento de vida, do estudo, para evitar o progressivo divórcio entre a realidade nacional e a representação política.

*

Podia continuar, mas penso que já se percebe. Faça-se a “renovação” por aqui e encontrar-se-á gente nova e mais velha, capaz de nos fornecer melhores políticos. Mas para que tal seja possível nos partidos é necessário ir muito mais longe do que os poderes e equilíbrios internos, porque a realidade mostra que as escolhas das direcções nacionais são mais racionais do que as dos aparelhos interiores aos partidos. E não estou propriamente a pedir Churchills. Vamos ver.

- (*) Professor universitário, escritor, comentarista

Artigo de Opinião

Mais Autonomia para a Madeira...

Alberto João Jardim (*)

Estes anos demonstraram que pouco, e cada vez menos, o Povo Madeirense pode contar com o Estado central.

Nos primeiros cinco séculos e meio de História da Madeira, está comprovado documentalmente que o Estado português veio buscar ao arquipélago, à volta de dois terços do valor de tudo o que a população do arquipélago produziu com o seu suor e num esforço gigantesco para sobreviver.

Assim se explica, também, o atraso em que nos encontrávamos, até à Constituição da República de 1976 que institucionalizou uma Autonomia Política para a Madeira. Éramos, então, a região mais atrasada do que restava de Portugal.

E mesmo assim, só foi possível conquistar uma Autonomia Política em 1976, com Poder Legislativo pequeno de um Parlamento eleito pelo Povo Madeirense, de cuja confiança dependem os Governos Regionais, tal só foi possível porque a ameaça comunista no Continente, estrategicamente aconselhava a que a Democracia tivesse o recurso eventual da descentralização política dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Hoje, estou convencido, nem a actual Autonomia Política nos seria consentida.

Porém, neste momento presente, o diagnóstico de situação é evidente.

O Estado português continua a não ter condições financeiras para apoios decisivos à Região Autónoma da Madeira, nem para investir significativamente por cá.

Pior. O Estado português tem cada vez menos, tais condições.

A questão é esta – vai a Madeira para o fundo, com o Estado português? Ou, em alternativa e sem pôr em causa a Unidade Nacional, procura novas competências constitucionais para o pequeno Poder Legislativo que detém?

Ninguém de boa-fé pode negar que, durante estes últimos trinta anos, a Região Autónoma, com as reduzidas competências de que dispõe, mesmo assim teve a capacidade, o engenho e a imaginação para dar o salto que deu.

Então, ante as dificuldades do Estado português, sobretudo a falta de meios financeiros, permitiam mais Poder Legislativo ao Parlamento da Madeira. Sobretudo em áreas financeiras, fiscais, económicas e de gestão e ordenamento territorial, que

continuaremos a demonstrar capacidade para ultrapassar problemas, permanecendo na competência dos Órgãos da República, os poderes legislativos que são garantia da Unidade Nacional.

É racional que assim seja.

É justo.

Não se trata de uma questão partidária.

Trata-se da sobrevivência do Povo Madeirense face ao futuro que se desenha.

Porém, em matéria de revisão constitucional, não são permitidas iniciativas da Assembleia Legislativa da Madeira junto da Assembleia da República.

Mas, um só Deputado à Assembleia da República, goza do poder de tal iniciativa. E a próxima Legislatura tem poderes de revisão constitucional.

Daí que a Assembleia Legislativa da Madeira, no uso das respectivas competências constitucionais, tenha já aprovado uma Resolução, como todas publicada no «Diário da República», onde, em termos de Princípios, define os novos Direitos constitucionais que pretende ver reconhecidos à Região Autónoma.

Depois, tal Resolução foi enviada para Professores de Direito, os quais transformá-la-ão na estrutura normativa a ser presente à Assembleia da República.

Este trabalho final volta para a Assembleia Legislativa da Madeira, onde será apreciado e votado, na forma constitucionalmente permitida, durante o mês de Julho. Aliás, o Parlamento da Madeira é que representa a vontade democrática do Povo Madeirense.

A decisão, em Julho, da nossa Assembleia Legislativa, vai permitir que cada um dos candidatos da Madeira à Assembleia da República, pelos diversos Partidos, assumam ou rejeitem o compromisso de apresentar a proposta de revisão constitucional que emana da representação democrática do Povo Madeirense, que é o nosso Parlamento.

Trata-se da vontade do Povo Madeirense.

E, para que não subsistam dúvidas acerca da vontade democrática do Povo Madeirense, Este escolherá «mais Autonomia» no início do Outono, votando nos candidatos que se comprometeram a apresentar tal proposta na Assembleia da



República, ou manifestar-se-à conformado com o regime que nos impõem, votando nos candidatos que rejeitam «mais Autonomia».

Esta é a questão fundamental que o Povo Madeirense será chamado a referendar democrática e soberanamente. O nosso futuro.

Os temas restantes das eleições para a Assembleia da República, ao pé deste, serão as balelas habituais da partidocracia que aturamos, embora com a importância de decidirem se vamos continuar com Sócrates, ou não.

Não será a primeira vez que o Povo Madeirense será chamado a referendar, pois tal expressão de vontade é que constitui a essência do regime democrático.

Fê-lo em Maio de 2007, no tocante à actual injusta «lei de finanças regionais».

Mesmo com o desrespeito que mereceu da posição nacional e colonialista do partido socialista, que declarou – e ao menos nisto vem cumprindo o que diz – que o resultado da votação do Povo Madeirense não lhe merecia qualquer significado.

Poderá não merecer, a irresponsabilidade é deles.

Mas, com um novo referendo outra vez de resultados inequívocos, a posição da Madeira sai explícita e reforçada ante as normas de Direito Internacional a que Constituição submete o Estado português.

* * *

Uma questão, académica por enquanto.

Se o Estado português, através da Assembleia da República e quando não está em causa a Unidade Nacional, autoritariamente rejeitar os Direitos do Povo Madeirense que nos asseguram o futuro?

Ponham-se no meu lugar.

Acham que, em coerência, posso pedir aos Madeirenses e aos Portossantenses que aceitem, conformados?...

Acham que me ficam bem quaisquer tiradas patrioteiras?... (*)Jurista; Presidente da CPR/PSD-Madeira, Presidente do Governo Regional

Notícias de Amarante

Aguiar Branco quer o “tri” nas eleições deste ciclo

O deputado e vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Aguiar Branco, disse na sexta-feira à noite em Amarante, utilizando linguagem desportiva, que o seu partido “vai conquistar o ‘tri’ nas eleições e dar três a zero ao PS”.

“Já lhes demos um sinal, com a vitória nas europeias, vamos seguramente ganhar as legislativas e depois as autárquicas. Vamos ou não vamos dar 3-0 ao Partido Socialista?”, perguntou Aguiar Branco aos quase três milhares de sociais-democratas reunidos num jantar em Amarante.

“Nós queremos o ‘tri’ e aqui em Amarante já temos um ponta-de-lança”, ao referir-se ao candidato do PSD à Câmara Municipal, José Luís Gaspar.

Salientando que “o PSD quando está unido é imbatível”, o antigo ministro da Justiça acusou ainda o Governo do Partido Socialista de ser “incompetente” e “não ser sério”.

“Antes dizíamos de Portugal, que éramos pobres e honrados, agora só podemos dizer que somos mais pobres e nem honrados podemos ser, porque este Partido Socialista não é sério”, sustentou Aguiar Branco, acusando o Governo “de fazer encenações com os computadores [Magalhães]” que “afinal, não entregaram”.

O dirigente social-democrata referia-se a notícias publicadas esta semana de que em algumas escolas do distrito de Viseu o ano lectivo terminou sem que to-

das as crianças do primeiro ciclo tenham recebido o computador Magalhães, uma das “bandeiras” do Governo de José Sócrates no ano lectivo que findou.

Aguiar Branco exortou, ainda, os militantes do PSD a apelarem nos seus locais de trabalho e “no porta a porta” que o PSD “é a única alternativa”.

“Votar Partido Socialista é ficar tudo na mesma, votar no PS é continuar a termos pessoas pessimistas”, considerou.

Jantar de apresentação de candidatos reúne mais de 2.500 apoiantes

O jantar de apresentação dos candidatos do PSD à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, José Luís Gaspar e Pedro Cunha, respectivamente, reuniu mais de 2.500 pessoas, segundo fonte da candidatura, e teve a participação do líder do PSD/Porto, Marco António Costa e do líder da JSD nacional, Pedro Rodrigues, entre outros dirigentes social-democratas.

Marco António Costa acusou o actual presidente socialista da Câmara de Amarante, Armindo Abreu, de ser “um homem do passado, um homem grosseiro e um homem com uma agressividade que já não se usa na política portuguesa”.

O candidato social-democrata, que nas eleições de 2001 ficou a 1800 votos de alcançar o objectivo, elegeu a criação



de emprego “como a questão fulcral e vital” do seu programa.

Potenciar o turismo, nomeadamente nos segmentos religioso e patrimonial, criar uma plataforma industrial em Vila Meã e um Pólo de Ciência e Tecnologia, executar planos de urbanização nos dois centros urbanos do Município e pugnar para que o novo hospital seja dotado de internamento e especialidades na Urgência em vez de ser apenas “uma mera clínica do Estado” foram algumas das ideias deixadas pelo candidato do PSD.

Além do PSD, em Amarante é também conhecida a recandidatura de Ar-

mino Abreu (PS) ao quarto e último mandato.

É tida como provável uma candidatura do CDS-PP ou, em alternativa, uma candidatura independente, protagonizada por um movimento de cidadãos.

As forças políticas CDU e Bloco de Esquerda concorrem habitualmente com candidatos próprios mas a sua expressão eleitoral não atingiu sequer o meio milhão de votos nas autárquicas de 2005.

O Município de Amarante tem 55 510 eleitores inscritos, que vão eleger nove elementos para o próximo executivo. – Fonte: Lusa

Notícias de Aveiro

Prémios da iniciativa “Selim para o trabalho”

A Câmara Municipal entregou quinta-feira, dia 2 de Julho, em frente ao Centro Cultural e de Congressos, os prémios do desafio “De selim para o Trabalho”, que foi seguido de um Passeio. No evento esteve o Vereador responsável pelo Pelouro da Mobilidade, Miguel Capão Filipe.

Lembramos que na campanha “De selim para o trabalho” participaram 66 colaboradores, divididos em 22 equipas, onde os aderentes foram desafiados a usar a bicicleta como modo de deslocação nos percursos casa-trabalho, no período de almoço e em serviço. A experiência teve como objectivos promover novos hábitos nas vertentes da mobilidade e de protecção ambiental e a melhoria da qualidade de vida da cidade e dos municípios.

Além disso, o Município pretende que este desafio sirva de exemplo para o universo laboral (indústria, comércio e serviços) do Concelho num futuro próximo e avaliar a viabilidade e impacto do recurso a sistemas de Park&Bike para a



cidade. Por outro lado, ambiciona consciencializar os cidadãos que a estrada pode e deve ser um espaço partilhado, em segurança, por automóveis e bicicletas.

O passeio/convívio destinou-se aos colaboradores do Município, contudo estava igualmente aberto a pessoas externas à Câmara.

O percurso foi o seguinte: Centro Congressos – Rua José Afonso – Rua Carlos Aleluia – Mercado Manuel Firmino – Avenida (cruzamento Rua Alberto Souto) – Avenida (sentido Ponte Praça) – Ponte Praça – Rua dos Galitos – Bairro Alboi – Rua Stos. Mártires – Rua Calouste Gulbenkian – Avenida da Universidade

– ISCAA – Rua Bombeiros Velhos – Rua Mário Sacramento – Rua da Oita – Av. 25 de Abril – Museu/Sé - Rua Caçadores 10 – Ponte Praça – Avenida – Rua Eng. Oudinot – Avenida dos Congressos – Cais da Fonte Nova.

Semana da Juventude de Aveiro “Juv.Move”

De amanhã até ao dia 5, realiza-se a “semana da Juventude”. De 2 a 5 estará instalada no Rossio a Tenda “Juv.move” que consiste num espaço onde os jovens poderão fazer jogos, ver filmes, aceder à internet, música, leitura, entretenimento e experimentar diversas actividades, como por exemplo, origami, música (loop Station) e construção de microfoguetes. Também será promovida a Mostra “Arte Jovem” - exposição e venda de trabalhos artesanais realizados por jovens com as participações de Pinturas d’Anita,



Brilhos & cores, Artesanias, Feltro & Companhia, Cláudio Miranda, Carpe Diem, Paula Julieta & Companhia, Mãos e Linhas, Duas & Meia, Fátima Castelhana, Joana Santos, Gatafunhos, Verde Esperto. Os trabalhos vão desde bijuteria diversa, quadros, pinturas em tecido, artesanato português, acessórios de moda, trabalhos diversos em feltro, tecido, trapo e com material reutilizado... Esta mostra será inaugurada no dia 2 pelas 18.00 horas.

No dia 2, às 23.30 horas a Companhia de Dança de Aveiro apresenta um espectáculo. A primeira parte "Introspectus" de Álvaro Ribeiro é um bailado baseado na reflexão do ser humano e das suas diversas fases na procura do equilíbrio interior. Um divagar por todas as formas de relação e reflexão emocionais, resultantes da interacção com o exterior. O estar junto e o estar só. A sua descoberta... dançando. Na segunda parte, "Livros" igualmente de Álvaro Ribeiro visa a promoção da Língua Portuguesa através de um passeio pelas obras poéticas de Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade. Um espectáculo onde a Dança, a Música e a Poesia formam uma sinergia que nos transporta para a expressão artística. Os bailarinos serão Álvaro Ribeiro, Claudinei Garcia, Guida Maurício, Filipa Peres e Suzanna Rosas.

No dia seguinte, os destaques vão para o Espaço Experimental Origami, por Sakura – Centro Terapias. O Origami é considerado um óptimo exercício para



a criatividade, pois estimula e melhora a capacidade de concentração, desenvolve a coordenação motora fina e melhora a destreza manual e paciência. Este espaço estará na tenda das 16.00 às 19.00 horas.

Às 22.30 horas, DJ e MC's apresentarão um espectáculo. AeroSoul (Alma Aérea) é natural de Viana do Castelo onde começou a sua carreira de djing nas sonoridades hip hop em conjunto com o Mc H2O. Passado pouco tempo conheceu o reggae e toda a sua mensagem de amor, meditação e resistência, ao qual abraçou com toda a força e vitalidade. Começou a fazer festas no clássico bar

Nasoni (Viana do Castelo), onde ainda tem residência, e costuma também estar presente nas famosas quartas-feiras de reggae no Contagiarte (Porto). Desde Abril de 2008 possui um programa de reggae (Rádio Estação do Reggae) todos os sábados. No ano de 2009 foi convidado a entrar para o colectivo Portal do Reggae Soundsystem onde já fez várias actuações com nomes internacionais como Richie Spice, Junior Kelly e Luciano. AeroSoul, caracteriza-se principalmente pelos seus sets energéticos e extremamente positivos, onde uma mensagem de meditação, paz e amor são as palavras de ordem. H2O MC

oriundo de Viana do Castelo, começou a escrever letras e a produzir instrumentais quando tinha 14 anos. Através da sua música transmite mensagens de crítica social e interventiva. É uma figura representativa do Hip Hop que se faz em Viana do Castelo. Hora H é o seu programa de rádio semanal dedicado à música rap. Da sua performance ao vivo pode esperar-se uma boa energia com boas mensagens que resultam num bom espectáculo. Neno aka Espalha Pioneiro do Hip Hop em Viana do Castelo e já com uma década de trabalho, apresenta o seu álbum "O meu caminho". A sua sonoridade caracteriza-se pelo rap forte e interventivo mas também por temas em que aborda questões espirituais. MC dedicado a espalhar uma maior consciencialização para problemas sociais como a violência, o preconceito e a injustiça.

Ao fim da noite, pelas 23.30 horas, terá lugar o concerto do "NBC & os Funks". NBC é um elemento de um dos grupos mais antigos no cenário do Hip Hop Português, "Filhos D'1 Deus Menor". Com 14 anos de carreira, dois álbuns e diversas participações é conhecido sobretudo pelo seu rap eloquente e a sua voz melódica. Exímio na construção de música assente no Hip hop, como música cantadas em registo Soul. Sem dúvida, um dos melhores performers ao vivo – muito enérgico e dinâmico, agora com Banda – Os Funks (baterista, teclista, guitarrista, baixo, dj, dois backvocals) - Gab. Imp. CMA

Notícias de Braga

Numa visita à freguesia da Sé, Ricardo Rio reitera compromissos com a renovação urbana e a valorização patrimonial

Uma delegação de vários Autarcas e Dirigentes da Coligação "Juntos por Braga" percorreu ontem ao final da tarde as ruas da Freguesia da Sé, reencontrando no "coração da cidade" alguns dos problemas que afectam todo o Centro Histórico Bracarense.

Encabeçada por Ricardo Rio, candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, e Lucinda Monteiro, candidata à presidência da Junta da Sé pela Coligação, foram visitados alguns pontos críticos que assolam o dia-a-dia dos cidadãos desta Freguesia.

A visita iniciou-se no parque de pesados na rua de S. Martinho, uma verdadeira dor de cabeça para os moradores das redondezas. A recente instalação de uma "roulotte" de refeições rápidas naquele espaço foi a "gota de água" que fez transbordar o copo da indignação.

O local, que acolhe a chegada à cidade de milhares de pessoas todos os anos, sendo, para todos os efeitos, a "porta da cidade", não tem, manifestamente, as condições mínimas para receber nem turistas, nem profissionais.

"É incompreensível que crianças, idosos e mesmo camionistas não possuam, ao menos, uma casa de banho de serviço", lamentou Lucinda Monteiro, que admitiu ter, ela própria, recebido pedidos de idosos para utilizarem a casa de banho da sua casa, sita nas redondezas do parque.

Também a ausência de equipamentos de lazer e descanso foi criticada, tanto mais que já existiram, naquele local, mesas e bancos de apoio que, estranha e inopinadamente, desapareceram.

Foi notória a revolta dos moradores das proximidades que acorreram ao local,

por força da crescente presença do fenómeno da prostituição. Segundo atestava um popular, desde que se deu a referida transferência da roulotte de refeições rápidas para aquele espaço, com o lamentável aval da Junta de Freguesia, passou a ser banal encontrar, espalhados pelo chão, preservativos e mesmo seringas.

Rotunda em vez de Polícia Sinaleiro

A comitiva seguiu pela Rua de S. Martinho até ao cruzamento com a via de acesso à Av. António Macedo, local problemático e em que diariamente ocorrem vários acidentes rodoviários. A construção de uma rotunda foi aventada como hipótese possível para combater a sinistralidade e dar maior fluidez ao trânsito. Tanto mais que é sabido que a própria C.M. de Braga delineou um plano que ia nesse sentido, mas que está por implementar.

Nas traseiras da Rua da Boavista os moradores queixaram-se de que, malgrado as diversas soluções já ensaiadas,



os automobilistas continuam a utilizar abusivamente aquele espaço para estacionamento, o que impede a saída e o acesso às garagens.

Desertificação ameaça centro histórico

Seguiu-se a visita à Rua da Boavista, onde se constatou que o triste definhamento dos bairros históricos continua sem solução à vista. Casa sim, casa não, sucedem-se as situações de abandono dos prédios e a proliferação de condições de insegurança que ameaçam vizinhos e transeuntes.

Ricardo Rio lembrou que este tipo de problemas carece de uma intervenção determinada por parte da Autarquia, mas que só num esforço de envolvimento dos investidores privados será possível implementar um verdadeiro Programa de Renovação Urbana em todo o Centro da Cidade.

Uma das causas apontadas por Lucinda Monteiro para justificar a “evasão” de moradores foi “o crescente desleixo na dinamização cultural, o esquecimento de parques infantis e desaproveitamento dos espaços verdes”. Exemplo disso mesmo é o abandono da área contígua à Praça Diamantino Martins, bem como aquela nas traseiras do Museu dos Biscainhos onde, não fora a meritória actividade do grupo Bravos da Boa Luz, de mais não serviria do que para entreposto comercial de estupefacientes.

Cultura todo o ano

A vertente cultural foi especialmente vincada durante a visita ao Campo das Hortas, retomando-se a necessidade de implementação de uma iniciativa como a Acção Agora, apresentada pela Coligação em 2006, para a revitalização das Praças do município.

Preocupação repetida na Praça Fernando Losa, um espaço único na cidade e que a Câmara decidiu votar ao abandono. Ricardo Rio lembrou a proposta que apresentou para a dinamização daquele espaço, a que o executivo se opôs alegando que beneficiaria o espaço comercial de Pedro Remy, num claro exemplo do autismo que grassa nas hostes socialistas, “ao invés de se prestar tributo e apoio a quem se bate pela revitalização do centro histórico, opta-se pelo abandono e pela degradação do nosso património”, rematou.

Lucinda Monteiro quer ser uma Presidente próxima dos cidadãos

À visita seguiu-se um jantar-convívio num Restaurante da Freguesia onde a candidata à presidência da Junta da Sé sublinhou o seu total comprometimento com as pessoas, defendendo uma presidência junto dos cidadãos e das instituições da Freguesia.

Declarando ter aceite este desafio pela vontade “de fazer mais pela freguesia que a viu nascer”, mostrou-se confiante na vitória e sensibilizada pelo apoio que tem sentido por parte dos muitos amigos e anónimos que a têm abordado.

“Não deixa de ser sintomático que toda os elementos da nossa lista me tenham dito “sim” sem hesitações, con-

dições ou tacticismos políticos, o que demonstra que estão aqui para fazer mais pela Sé a por Braga”. atirou.

Elencando como prioridades a acção social e a luta pela melhoria das infra-estruturas desportivas e culturais da freguesia, Lucinda Monteiro disse acreditar que as próximas eleições serão “portas que se vão abrir à mudança”, terminando com uma convicta certeza “a Sé e Braga merecem o melhor”.

Ricardo Rio quer Sé classificada como Património Mundial

Já Ricardo Rio começou por reconhecer que muito há por fazer pela Sé. Mostrando-se desiludido com a falta de empenho da Câmara em lutar pela classificação da Sé como Património Mundial, o candidato à presidência da Câmara Municipal aproveitou para declarar a sua inteira disponibilidade para “auxiliar a Sé a cumprir os seus desígnios de estandarte da cidade”.

Elogiando a composição da lista que concorrerá à Junta de Freguesia, Ricardo Rio destacou a convivência entre a expe-

riência e a juventude, a competência e o dinamismo e o evidente envolvimento social dos vários membros, para concluir pela total consonância com os critérios que a Coligação “Juntos por Braga” definiu para a composição das suas listas.

Sempre bem-humorado, o candidato rematou a animada sessão com uma profecia, aludindo à recente reforma da candidata da Coligação: “o ensino especial pode ter perdido uma excelente professora, mas a Sé ganhou uma grande Presidente”. - Gab. Press. JPBraga

Notícias de Ílhavo

Plano de Emergência Externo de Ílhavo

O Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo deliberou aprovar a Plano de Emergência Externo de Ílhavo, que passa agora a um período de Consulta Pública.

Este Plano, baseado nos critérios e normas técnicas da directiva aprovada pela Resolução nº 25 /2008 de 18 de Julho, da Comissão Nacional da Protecção Civil, tem os seguintes objectivos:

- Circunscrever e controlar os incidentes de modo a minimizar os seus efeitos e a limitar os danos no homem, no ambiente e nos bens;
- Aplicar as medidas necessárias para proteger o homem e o ambiente dos efeitos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas;
- Comunicar as informações necessárias ao público e aos serviços ou autoridades territorialmente competentes;
- Identificar as medidas para a reabilitação e, sempre que possível, para a reposição da qualidade do ambiente, na sequência de um acidente grave envolvendo substâncias perigosas;
- Estabelecer o quadro orgânico e funcional de intervenção em situações de grave risco, catástrofe ou calamidade pública;
- Estabelecer o dispositivo de funcionamento dos diversos serviços chamados a intervir em situação de emergência, assim como a coordenação entre as várias forças intervenientes no Plano.

O Plano de Emergência Externo de Ílhavo está disponível para consulta pública na Área Administrativa da Divisão de Obras, Equipamentos e Ambiente do edifício dos Paços do Município por um prazo de 30 dias.

As sugestões ou observações devem ser formuladas através de requerimento escrito a entregar na Câmara Municipal, ou através do endereço de correio electrónico geral@cm-ilhavo.pt

Utilização de espaços, edifícios e equipamentos Municipais para a realização de iniciativas particulares

Considerando que o Município de Ílhavo é detentor de inúmeros espaços



naturais, culturais, desportivos e lúdico - pedagógicos, nos quais a CMI desenvolve de forma regular diversas iniciativas no âmbito da execução do seu Plano de Actividades, e considerando a crescente procura de alguns desses espaços para uso particular, o Executivo Municipal deliberou aprovar as normas de utilização de alguns desses espaços.

Constituem principais objectivos desta nova oferta a promoção integral da fruição dos espaços naturais, culturais, educativos, desportivos e lúdico - pedagógicos do Município, explicitando quais os espaços susceptíveis de acolher a realização de festas, eventos e actividades lúdicas promovidas por pessoas individuais ou colectivas, determinado ainda as tipologias aceites e os públicos - alvo a que se destinam, para além dos procedimentos a observar.

Assim, para além dos usos convencionais nos respectivos regulamentos de utilização, poderão ser organizadas e desenvolvidas por particulares actividades e eventos em espaços municipais como Museus, Biblioteca Municipal, Fóruns da Juventude, Centros Culturais, Piscinas Municipais, Pavilhões e outros equipamentos desportivos, Centro e Núcleo de Educação Ambiental, Escola de Educação Rodoviária, entre outros. Nas áreas exteriores aos espaços atrás referidos, poderão também desenvolver-se actividades promovidas por particulares, mediante a contratação da equipa de monitores afecta ao espaço principal e contra depósito da respectiva caução e do pagamento do componente do custo de acordo com a actividade a desenvolver.

- Gab. Imp. CM Ilhavo

Notícias de Lisboa

Pedro Santana Lopes em grande entrevista ao “DN”

Pedro Santana Lopes foi entrevistado no fim-de-semana pelo jornal “Diário de Notícias. Dessa notável entrevista, deixamos algumas perguntas e respostas mais relevantes:

P: Está a disputar ao PS a câmara mais importante. A vitória será a “cereja em cima do bolo” se a sorte do PSD continuar nas próximas eleições como foi nas europeias. “Empate técnico” é o que as sondagens lhe dão.

O actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa está a facilitar-lhe a vida com a gestão que tem vindo a fazer nestes dois anos à frente da autarquia?

R: Tenho estado a trabalhar muito desde há meses. Agora vamos passar a outra fase. Quanto aos erros de António Costa, há quem diga que sim, que há muito desnorte, mas os eleitores avaliarão quando chegar a altura. De facto, nesta última fase do mandato, as intervenções e as acções de António Costa parecem conduzidas de um modo errático, muito apressado. Vê-se por Lisboa uma série de obras feitas à pressa, que nem são como as de João Soares, que também fez o mesmo à última da hora, em 2001, quando me candidatei. Dessa vez, no entanto, eram obras planeadas com mais tempo - e algumas até bem feitas -, mas não o fizeram ganhar as eleições. Porquê? Porque acho que as pessoas distinguem isso muito bem e não é por isso que as pessoas votam. Principalmente, nesta fase em que os eleitores estão mais cépticos em relação a tudo o que seja truques políticos, sejam eles quais forem.

P: Nem mesmo António Costa ter ido ao piquenique de Tony Carreira, com Sá Fernandes, o ajudou?

R: Não, além de que essa atitude não tem qualificativo. Com um supermercado a promover! Até pode organizar concertos, mas o presidente da câmara e o vereador irem para lá passear, só para entrar no Guinness, é ridículo. E eu, que tanto me chamaram populista, há muito tempo que não via uma acção tão populista.

P: Se fosse autarca de Lisboa, não teria ido?

R: Acho que não tinha o descaramento de me meter lá no meio das pessoas. Uma coisa é o Rock in Rio, de que fui responsável por trazer para Lisboa, mas mesmo aí nunca fui para o palco beneficiar-me. Estou muito habituado a multidões e a comícios, mas, como dizia a minha avó: “Não devemos fazemo-nos salientes porque as pessoas que têm a mania de se fazerem engraçadas não têm graça nenhuma. As pessoas foram lá para ouvir o Tony Carreira, não querem saber de António Costa.



P: Também está a mudar o seu estilo, nem que seja devido aos conselhos da avó?

R: Talvez. Eu tenho responsabilidade no que fiz, e noutras vezes foram outros que me tentaram empurrar para o palco e fazer um discurso, mas estávamos em campanha e fui dizer umas palavras às pessoas. Não podemos confundir as coisas, até porque as pessoas vão lá ouvir música e depois gramam com o discurso do político, e não gostam. Mesmo que estejamos no máximo da popularidade, creio que isso não faz sentido. Mas este é um episódio menor dentro do conjunto da governação de Lisboa nestes últimos anos, que não tem sido a mais desejada.

P: Pelo menos, se ganhar Lisboa, recebe a câmara saneada financeiramente por António Costa!

R: É falsa essa ideia. Quando saí da autarquia, a dívida da câmara era de 956 milhões de euros. Neste momento, até 2008, aumentou mais 116 milhões e o investimento foi reduzido para metade em relação a 2007. Quando João Soares saiu da câmara, em 2001, o passivo era de 561 milhões de euros e quando eu saí tinha assumido 150 milhões da Parque Expo e mais 50 milhões do Casal Ventoso. A dívida da câmara não é minha, foi criada por uma campanha de mistificação em 2005. António Costa saneou-a financeiramente, qualquer presidente de câmara tem a obrigação de o fazer, tal como eu procurei fazer, só que as contas estão desequilibradas à partida porque tem uma estrutura de despesa muito rígida e as receitas baixaram muito. Até por força de algumas medidas de Manuela Ferreira

Leite naquele período de crise, com o endividamento zero, que durante mais de um ano baixaram a receita. O problema é que neste momento António Costa já apresentou pedidos de empréstimo de mais de 250 milhões de euros...

P: E acha que é por questões eleitorais?

R: Em algumas há essa intenção. A três meses de eleições não se faz um empréstimo para obras de reabilitação no valor de 130 milhões de euros! A pergunta é: “Então porque não o fez há um ano?” E não vale a pena virem dizer que esteve pouco tempo na câmara, foi o mesmo que eu estive, e quando fui para o Governo todas as obras estavam pensadas, decididas e em execução. Os túneis do Marquês, do Rego e do Baptista Russo, Monsanto, as sete piscinas, os bairros com trânsito condicionado. Eu não esperei para meses antes das eleições ir fazer obras. A questão é que eu, quer na Figueira da Foz quer em Lisboa, comecei a trabalhar desde o primeiro dia. Faço a gestão do meu calendário da frente para trás, ou seja, digo “faltam três anos e 40 semanas” e não perco tempo.

P: António Costa está a fazer tudo mal, diz?

R: Não estou a dizer que António Costa faça tudo mal. Por amor de Deus! Agora é manifesto que nunca vi a cidade como está nas cargas e descargas, assunto em que, quando entrou, disse que ia acabar com a segunda fila e já vamos na terceira. É a cidade mais difícil de conduzir da Europa, para além de Nápoles e Roma... Lisboa está sem eira nem beira e temos sensação de que a capital está ao

deus-dará. Estou convencido de que as pessoas vão escolher quem entendem que é mais adequado para ser presidente da câmara, e, se nunca neguei que António Costa tenha perfil e qualidades para ser um bom ministro, uma coisa é ser ministro e outra coisa é ser autarca.

P: Acha que não tem capacidade?

R: Eu não digo capacidade, acho que não...

P: Não tem perfil para ser autarca?

R: É isso, não são as características dele. Não digo que não se esforce, com certeza que se esforça, porque deve querer fazer bem o lugar, mas sente-se que António Costa é uma pessoa mais de gabinete e não tanto para estar próximo das pessoas ou para andar pelas ruas da cidade. É mais um homem do poder central do que do poder local. É a sensação que tenho e oiço muitas pessoas dizerem isso.

P: É por isso que está a fazer obras no Terreiro do Paço sem tirar os ministérios?

R: Lá está, não faz sentido. Primeiro, decide-se o que fazer com o Terreiro do Paço e, depois, faz-se a obra! Mal ou bem, no Governo de Durão Barroso e da Câmara dirigida por mim, tínhamos chegado a acordo para tirar dali a maior parte dos ministérios, só ficava a Justiça e as Forças Armadas, e o restante ia para Chelas, e requalificava-se aquela zona da cidade.

P: Se vencer, volta a esse projecto?

O que faz sentido para o Terreiro do Paço

R: Acho que faz sentido. Não podemos é ir mexer na praça só para fazer uma mudança devido às obras de saneamento. Por exemplo, no decreto-lei que criou o Casino de Lisboa, Durão Barroso pôs lá como contrapartida que para além do Parque Mayer havia uma verba para o Museu das Descobertas a criar no Terreiro do Paço. E creio que o que faz sentido lá é um hotel, o Museu das Descobertas e restaurantes e esplanadas. E depois, com os estudos de tráfego e de impacte ambiental feitos, tudo aquilo que me pediram para o Túnel do Marquês e que não era obrigatório na altura, fazia-se a obra! E o que é mais grave é que é a sociedade Frente Tejo, que é uma sociedade que foi feita por José Miguel Júdice, que era suposto ir trabalhar nesse projecto, e onde a câmara nem participa. Ou seja, hoje em dia quem tem poderes para intervir na zona ribeirinha de Lisboa, Belém, Ajuda, Terreiro do Paço e Santa Apolónia é a sociedade Frente Tejo. Isto não tem precedentes desde o tempo do

antigo regime, onde às vezes quem era presidente de câmara era um ministro de Salazar. O presidente da câmara não pode ser um ministro do Governo para Lisboa, e António Costa serve de mais o Governo em funções, porque só assim é que se pode conceber que Lisboa não tenha uma acção ou um administrador nessa sociedade. Até na Expo'98 a Câmara tinha representação, que se destinava a requalificar um território, aqui está-se a mexer no que é sagrado em Lisboa, e isto tem que ser profundamente debatido pelos lisboetas e pelos portugueses todos.

P: Qual é o interesse do Governo em permitir que essa sociedade exerça o seu poder tão livremente?

R: Penso que neste momento é um interesse pressionado pela aproximação das eleições e, portanto, vai de fazer obra. É preciso ver que todos os governos têm um interesse sempre muito grande em exercer uma hegemonia sobre Lisboa, e é preciso saber-lhes bater o pé! Ao poder central não há melhor sítio que Lisboa e, talvez, o Porto para mostrar que se está a mudar alguma coisa.

P: Só ninguém intervém no Parque Mayer?

R: Eu disse antes das eleições de 2001 que queria fazer o túnel, reabilitar prédios, recuperar Lisboa, e lutei por fazer isso tudo. Houve umas coisas que me deixaram fazer, outras, não, tal como o Parque Mayer.

P: Se tiver um bom resultado, volta ao projecto anterior?

Darei, finalmente, a solução ao Parque Mayer!

R: Vou aproveitar o trabalho que está feito e avaliar. Há uma coisa que farei: dar uma solução ao Parque Mayer. Não podemos continuar com estas decisões sem sentido, porque há um processo em tribunal para anular a permuta do Parque Mayer dos antigos donos, e anunciaram obras para lá este Verão! Acho que

podemos formar, é uma hipótese, uma comissão arbitral para fixar o justo valor e acabar com o litígio.

P: Tal como o buraco da Feira Popular?

R: Que é uma vergonha estar como está! Se eu estivesse na Câmara, garantilhe que já estaria resolvido, porque a Feira Popular não pode ficar assim. E ao pé da Feira Popular está outro problema para Lisboa, porque eu mandei construir na Avenida das Forças Armadas 800 apartamentos para universitários, e chegou esta câmara e trocou parte dos apartamentos para estudantes por escritórios. Ou como no Jardim Eduardo VII, onde vou apresentar a minha candidatura quarta-feira, e as pessoas diziam: "Isto é um sítio para uma urbanização extraordinária." Mas eu disse que não porque defendo a minha política de bairros, que precisam da igreja, do pequeno comércio, da escola, do espaço verde para a pessoa poder chegar a casa e ir correr com a família, como fiz na Quinta das Conchas, no Lumiar. São precisas soluções com lógica, por isso é que escolhi o slogan "Lisboa com sentido", porque as pessoas têm de tomar decisões que façam sentido. Há muita coisa feita à pressa e se há uma coisa que todas as pessoas reconhecem em mim - vejo-o nas sondagens - é dinamismo e velocidade a trabalhar. Velocidade controlada.

P: Diz que é necessário bater o pé ao poder. E às grandes construtoras do regime?

R: Com certeza que sim. Bater o pé, pôr ordem, fazer respeitar a lei. Quando eu entrei da outra vez na Câmara, o Corte Inglês não tinha licença de utilização, os estádios de futebol estavam a ser construídos sem projecto entrado na câmara e havia condomínios construídos sem alvará de construção. É preciso dizer: "Isto não é permitido." Mas aí eu não tenho problemas. Tive um litígio com a Sonae por causa das torres do Colombo, queriam construir, mas o departamento jurídico deu-me argumentos para não autorizar e eu disse que não. Portanto,



tomo decisões e mesmo contra aqueles que são grandes interesses. Talvez por isso, há quem diga que seja menos bem aceite nalguns meios.

P: Se tiver as grandes construtoras contra, isso é mais uma dificuldade para Lisboa?

R: Eu não as quero ter contra! Quero que saibam, e sabem, que a lei tem que ser respeitada porque é igual para todos. Não é pelo facto de se ser grande que se tem mais direito, quero apostar no desenvolvimento da cidade.

P: É cortando certo tipo de práticas que o Governo evitaria que surgissem casos Freeport, BPN e a alegada ausência de supervisão do Banco de Portugal, entre outros?

R: Não atribuo a governos a culpa de casos tão diferentes nos bancos. Pode ter havido, e houve, comportamentos errados de pessoas, mas só depois de estarem julgadas é que se sabe de certeza absoluta, nos termos do Estado de direito, se foi o Governo que favoreceu o aparecimento desses casos.

P: As próximas legislativas serão um plebiscito ao primeiro-ministro José Sócrates?

R: Espero que não, que seja uma escolha entre alternativas. Seria mau para Portugal se fosse um plebiscito desse tipo, das pessoas serem a favor ou contra José Sócrates. Espero que as pessoas escolham qual a melhor política para Portugal das duas principais que vão ser apresentadas. Com liberdade e porque também há outros partidos para as pessoas votarem.

P: As europeias foram um plebiscito?

R: Um pouco. São dois candidatos a primeiro-ministro muito diferentes, um defende os grandes investimentos públicos, o outro não defende... É por isso que a democracia é bonita, agora quando é por amor ou ódio! Em 2005, eu fui posto no pelourinho porque apanhado no meio de uma legislatura fui logo para uma eleição. E as pessoas votaram a favor ou contra mim, e como Sócrates era a alternativa, ganhou contra mim. Fui feito o mau da fita.

P: Esses tempos de primeiro-ministro marcaram muito?

R: Sem dúvida.

P: Os que o marcaram mais?

R: Os que marcaram mais pela dureza com que entrei, de repente, e pela dureza com que saí.

P: Porque é que nada lhe corria bem?

R: A coligação PSD/CDS estava numa fase descendente e as pessoas a sentir o poder a fugir-lhe das mãos. Fez esta semana cinco anos que foi anunciado que substituíra Durão Barroso, vínhamos de uma derrota nas europeias, o pior resultado de sempre do PSD e CDS juntos, e entrei com divisões e a sensação de que o poder estava a fugir. Uma sensação parecida àquela que, neste momento, poderá ter Sócrates.

P: Na altura podia ter recusado?

R: Não podia porque senão Durão Barroso não ia mesmo! Tinha esse dilema para decidir e foi uma altura na vida em que me senti sem escolha. E, curiosamente, há poucos dias o Presidente da República disse que "o mais importante agora para Portugal é a decisão sobre a recondução de Durão Barroso".

P: Já perdoou a Durão Barroso essa ausência de hipóteses?

R: Ele não me forçou a nada. Colocou-me numa situação muito difícil de escolha, quase sem escolha, mas não me forçou a nada. Ele tem a maneira de ser dele, é uma pessoa mais contida.

P: E perdoou a Jorge Sampaio a demissão?

R: Eu isso não posso perdoar. Como cristão, perdoo, não esqueço mas perdoo, porque é isso que ensina a religião em que acredito. Politicamente... Não posso perdoar.

P: Haveria outro cenário?

R: Eu já falei desse tema... Mas, acho que sim. Houve a hipótese, na véspera, de seguir outro cenário, quando me disse para escolher um substituto do ministro. Depois disso não aconteceu... Mas é um tempo que já lá vai, encontramos-nos às vezes, e a questão não é pessoal, é política... - © DN, Lisboa



Notícias do Algarve

Turismo Sustentável encerra Ciclo “Pensar Faro”

Falta de um plano estratégico emperra desenvolvimento turístico e a lentidão processual afasta investidores para outros concelhos. Esta poderia ser, em traços gerais, uma súplica do último colóquio do ciclo Pensar Faro, subordinado ao tema “Turismo numa Perspectiva Sustentável”, que se realizou na noite de ontem no Hotel Faro.

Aqui, perante mais de 100 pessoas, directa ou indirectamente ligadas ao sector, o Eng.º Macário Correia apresentou algumas das suas propostas sobre o Turismo, enquanto vertente central do processo de desenvolvimento da capital regional.

Com condições de atractividade ímpares, como a Ria Formosa, o movimento do Aeroporto, o Porto Comercial, a riqueza representada pelas ilhas-barreira, o interior, o Centro Histórico e outras ainda, é uma lástima que o Concelho não tenha ainda sabido atrair precioso investimento, porque não tem uma visão estratégica e, quando parece haver investidores, a máquina burocrática “boicota” processos com a sua lentidão e inépcia. Por isso, somos o 9º concelho em dormidas e em capacidade de alojamento. E as coisas não podem continuar assim.

Propostas para elaboração de uma Estratégia Global

Repisando a urgência da elaboração de um plano de longo prazo para o Concelho, Macário dá ideias: Turismo náutico, com cruzeiros e passeios nos canais da Ria; ligações permanentes às Ilhas do Concelho, que hoje apenas têm carreira marítima de e para Olhão; a valorização da Culatra e Farol enquanto destino balnear alternativo à super-povoada Praia de Faro; a reabilitação do que hoje se designa de Parque Ribeirinho que, nos padrões modernos, não passa de umermo sujo e terceiro-mundista; a instituição, nos museus, de horários adequados ao interesse turístico e, entre outras, o aproveitamento do Barrocal e das zonas do interior e campina, com excelentes vistas e condições naturais para catalisar investimento em mais camas e turismo de qualidade, são algumas das propostas que devem constar de uma estratégia global de longo prazo para o Concelho que não pode mais ser adiada.

Moderado pelo conhecido empresário Carlos Luís (CEAL) os trabalhos contaram com as intervenções de Elidérico Viegas, presidente da AHETA, que falou sobre Atracção de Investimento Privado para Faro; da Dr.ª Alexandra Rodrigues (Potencialidades do Produto: Património e Cultura) e de Daniel Queiroz, que discorreu acerca da Caracterização da Oferta em Faro.

Fica assim encerrado o Ciclo de Colóquios “Pensar Faro”, levado a cabo por esta candidatura com o propósito de reflectir e recolher ideias e contributos para transmitir às populações, entidades

e empresas um espírito colectivo e um rumo que dê, finalmente, orgulho e ânimo a Faro em todos os domínios. A todos os que colaboraram, assistiram e entrevistaram, a candidatura “Faro com Macário” agradece a sua generosidade.

Foram oficialmente apresentadas, no dia 29, as listas definitivas da coligação “Faro com Macário”. A cerimónia decorreu no Hotel EVA e contou com a presença dos elementos que a compõem. Na intervenção final, o Eng.º Macário Correia, manifestou a sua satisfação por poder contar com “uma equipa forte e dinâmica, que alia juventude com competência técnica, composta por gente que conhece bem os problemas do Concelho”.

O discurso de apresentação de Macário

Uma equipa motivada e com ambição para fazer de Faro uma forte capital regional

Aqui estamos perante os eleitores farenses apresentando os rostos daqueles que a 11 de Outubro serão sujeitos ao juízo da opinião pública.

Em Fevereiro disse-vos que estava disponível para assumir o cargo de Presidente da Câmara Municipal. Na passada semana foi formalizada a coligação “Faro com Macário” e hoje [29 de Junho], apresenta-se a equipa que no princípio de Agosto será entregue formalmente no Tribunal.

Temos pela frente três meses de trabalho junto de toda a população, desde os Gorjões até à Culatra, do Pontal até aos Salgados, levando-lhes esperança e ânimo para um futuro melhor.

Transportamos connosco muitos anos de experiência na gestão de instituições de Faro: autarquias, associações, clubes, empresas, escolas, gabinetes de projectos e serviços públicos locais e regionais.

Conhecemos os problemas graves da cidade e do concelho e temos soluções para os encarar com firmeza e com segurança.

Sabemos trabalhar com rigor e com responsabilidade, coisa que está faltando na actual gestão da Câmara Municipal.

Queremos voltar a fazer de Faro a verdadeira capital do Algarve sob todos os pontos de vista. Estamos cientes de que em 16 dos últimos 20 anos, o Partido Socialista governou Faro, período no qual o concelho descolou do pelotão da frente, com um atraso cada vez maior.

No princípio desta década, Faro ainda era o Município com o 3.º orçamento na região. No ano passado já tinha caído para o 8.º lugar.

Connosco haverá seriedade na gestão dos recursos dos contribuintes e na conquista dos novos projectos para o concelho. Diremos as coisas na altura certa, quando conseguidas com credibi-



lidade e não faremos nunca anúncios em catadupa desorientada, de coisas que não são verdadeiras.

Nunca faremos como outros, que passados três anos e meio a enrolar papéis, nas últimas semanas deram como feito quase tudo, ou em poucos dias prometem o Céu e a Terra num esfregar de olhos.

Recorde-se o que foi dito nos últimos dias:

- Nova cidade judiciária
- Novo Tribunal da Relação
- Novo Parque Verde, o maior de todos
- Criação de milhares de postos de trabalho
- Museu de Arte Contemporânea
- Porto de Recreio
- Marina Internacional
- Centro Comercial no Vale da Amoreira
- Resolução do problema do Atrium na Rua de Santo António
- Resolução das dívidas do Mercado
- Resolução das dívidas da Câmara Municipal,
- etc., etc...

Os mandatos autárquicos são de 4 anos, e não apenas de 4 meses.

O que andam a anunciar deveria ter sido feito ao longo do mandato e agora

estaria pronto, como prometido.

Uma aparência de actividade frenética em véspera de eleições, anunciando tudo, não é credível, nem saudável.

Como ainda faltam 90 dias para as eleições, se o ritmo de visitas dos membros do Governo, de cerimónias, de protocolos e de conferências de imprensa se mantiver, Faro, no dia 11 de Outubro, em papel cor de rosa, será uma cidade maravilhosa, virtual, de ficção estonteante, mas...

O povo é inteligente e compreende este desnorte e a ausência de responsabilidade e de bom senso.

Enquanto outros seguiram em frente, Faro parou no tempo.

Nas últimas eleições autárquicas, em 2005, apenas duas Câmaras Municipais do Algarve mudaram de Presidente: Faro e Vila Real de Santo António. Compare-se a dinâmica criada nesta última cidade em menos de quatro anos, com o que tem sucedido em Faro.

A situação financeira da Câmara Municipal tem-se agravado de ano para ano, as habitações abarracadas não param de aumentar, o urbanismo da área norte da cidade não tem planeamento algum, o estacionamento é um caos. Os peões não têm passeios e as áreas verdes não

existem.

A orla da ria tem abandono, sucata e lixo por todo o lado.

A Câmara Municipal consente, não se impõe, não exerce a sua autoridade, não lidera de modo activo a procura de soluções para os problemas do concelho.

As empresas e os empresários doravante terão na Câmara Municipal um parceiro para os ajudar e não um local para lhes complicar e atrasar a vida.

Queremos, a partir desta equipa, criar um quadro de cooperação frutuosa, entre a Câmara, a Assembleia Municipal, as freguesias e as empresas municipais.

Temos ideias claras e uma forte determinação para as concretizar.

Desejamos imprimir à Câmara e aos serviços municipais um ritmo de produtividade e de eficiência, de que já demos provas em outras funções.

Faro tem que ser uma cidade com uma gestão camarária rigorosa, transparente e eficaz. Com este objectivo adequaremos estruturas e processos de funcionamento às necessidades actuais, equilibrando cargas de trabalho, encurtando e acelerando circuitos, evitando a burocracia, e promovendo uma efectiva motivação dos funcionários, quer da Câmara, como dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

Queremos uma Assembleia Municipal a funcionar com grande dignidade e elevação no respeito pelas eventuais diferenças de opiniões dos seus titulares, mas com educação exemplar e com sentido de eficácia.

Desejamos empresas municipais geridas com rigor, com contas muito transparentes e servindo os desígnios para que foram criadas e não outros.

Com as Juntas de Freguesia será encetado um novo ciclo de trabalho, com outros métodos e com outros resultados. A informatização em rede com a Câmara Municipal, a transferência de máquinas, equipamentos, recursos financeiros e pessoal dar-lhe-ão a capacidade e a dignidade que hoje não têm.

Temos experiência, capacidade, conhecimento e vivência profunda da realidade do concelho, pelo que estamos ansiosos pelo dia 11 de Outubro, começando aí um novo ciclo na vida de Faro.

Viva Faro! - Gab. Imp. Macário Correira

PSD/Algarve critica imposto municipal sobre turistas



O PSD/Algarve convida o Partido Socialista, regional ou nacional, a esclarecer publicamente qual a sua posição quanto à insólita proposta do seu militante e autarca de Portimão, de criação de um novo Imposto, a incidir sobre o Turismo, ou mais especificamente sobre os turistas. Está de acordo? Demarca-se da proposta? Ou opta pelo silêncio?

Numa altura de crise económica, que se abate com particular intensidade sobre o sector turístico, não poderia haver proposta mais inoportuna e carecida de bom senso. O presidente da Câmara Municipal de Portimão deveria ter ouvido previamente as empresas turísticas do seu próprio município, onde a crise e o desemprego no sector atingem números superiores aos de toda a região do Algarve. Será que lhes agrada a hipótese?

Depois do imposto europeu proposto pelo eurodeputado Vital Moreira, só faltava agora a proposta de criação de um Imposto Municipal sobre Turistas, pelo autarca Manuel da Luz. Em vez de reduzir as despesas supérfluas da sua

autarquia, segue o caminho do aumento da carga fiscal.

Tal imposto seria duradouro. Viria para ficar. Enquanto que a diminuição das receitas provenientes do IMT, só dura enquanto a crise durar. Quando o IMT subiu em flecha, e deu para esbanjar em festas e foguetório, o autarca não se queixou, nem propôs a sua redução. E sobre o IMI, não se compreende a queixa do autarca, pois é um imposto que só pode ter tendência a aumentar, independentemente da crise.

Não está em causa o valor a cobrar, se é mais ou menos diminuto. Até poderia ser 1 cêntimo. O que conta neste mercado, é o factor psicológico, e só o propalar da ideia de criar um imposto sobre os turistas que nos visitam, seria um tiro de canhão em vários anos de investimento promocional. O PSD/Algarve convida o Ministro da Economia e Inovação, que vai estar este fim-de-semana no Algarve, a demarcar-se rapidamente das ideias extravagantes e insensatas do autarca socialista de um dos principais municípios turísticos do País.

“Poupar, sim! Taxar mais, não!” - Deveria ser a divisa do autarca. Mas parece que o mesmo tem as ideias ao contrário.

Já se conhece a prática do Partido Socialista no governo, de aumentar impostos, contrariando as promessas eleitorais. O que é novo agora, é fazer pública fé de os querer aumentar, ainda antes das eleições. O eleitorado agradece a franqueza, e não se esquecerá concerteza. – CPD/PSD-Algarve

A CPS de Portimão também se pronuncia sobre o eventual imposto

De acordo com notícias veiculadas nos meios de comunicação social, Manuel da Luz, o presidente socialista da

Câmara Municipal de Portimão defende a criação de um Imposto Sobre o Turista, cuja receita reverteria para o município.

O PSD – Portimão compreende que, perante a grave situação económica da Câmara Municipal, Manuel da Luz, procure por todos os meios arranjar receitas que lhe permitam continuar a irresponsável política despesista que tem caracterizado o seu mandato, com milhões de euros de dívidas, e que já o levou a propor a venda do património municipal como forma de se financiar.

O PSD – Portimão não aceita é que o faça com propostas de criação de novos impostos que irresponsavelmente podem pôr em causa a capacidade competitiva dos operadores da principal actividade económica do concelho; Sendo evidente que tal facto se repercutiria negativamente a toda a estrutura económica e social agravando as já difíceis condições impostas pela actual crise que a todos impõe sacrifícios, menos à Câmara Municipal de Portimão, que continua insensível à realidade.

O PSD – Portimão entende que esta atitude é um exemplo claro de quem vive muito distante da realidade da região, e que desconhece o verdadeiro sacrifício dispendido pelo tecido empresarial.

Há muito tempo que o PSD vem chamando a atenção da população portimonense, para os perigos da Política da Cigarra levada a cabo pelo executivo socialista da Câmara Municipal de Portimão, que sempre negou e procurou esconder a real situação das finanças municipais.

O Partido Social-Democrata de Portimão repudia totalmente e de forma categórica a proposta de criação de tal imposto e desafia o Partido Socialista de Portimão a clarificar se subscreve esta proposta irresponsável do seu dirigente. – CPS/PSD-Portimão



Notícias do Porto

Junta Metropolitana: Rui Rio denuncia Governo por desviar para Lisboa verbas do QREN destinadas ao Norte

O Presidente da Junta Metropolitana do Porto (JMP), Rui Rio, denunciou há dias que, dos 11 mil milhões de euros do QREN destinados à Região Norte do país, mais de 1500 milhões foram já canalizados pelo Governo para financiar projectos de Lisboa e Vale do Tejo, uma situação que o autarca portuense e dirigente metropolitano qualificou como “uma vergonha, que todo o Norte tem de conhecer”, bem como o Presidente da Comissão Europeia, a quem será enviado todo este dossiê.

A estimativa agora apresentada - acrescentou - só foi possível ser feita através de dados obtidos “a conta-gotas” e por via judicial, na sequência, aliás, de uma acção que a JMP decidiu interpor, há cerca de um ano, no Tribunal das Comunidades da União Europeia.

Tal acção - recorde-se - visou exigir a revogação de uma norma de excepção inscrita pelo Governo português na regulamentação do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, que permite que o Executivo possa desviar verbas destinadas às regiões de convergência (as mais pobres e menos desenvolvidas, como seja, por exemplo, a Região Norte) para projectos de Lisboa e Vale do Tejo, desde que se conclua que estes têm um importante efeito de difusão pelo território nacional (“spill over effect”).

“Quando temos 21 mil milhões de euros para aplicar em Portugal dos quais cerca de metade se destina ao Norte, por se tratar de uma região mais atrasada em relação à de Lisboa e Vale do Tejo - que, aliás, está excluída do acesso a fundos comunitários por já ter atingido um patamar de desenvolvimento superior a 75% da média comunitária -, acontece que grande parte dessas verbas estão a ser aplicadas em Lisboa”, observou Rui Rio, sem esconder indignação.

Exemplos que falam por si

Como exemplos ilustrativos desta situação, figuram financiamentos em diversas áreas, que acentuam o carácter bizarro dos critérios de aplicação das referidas verbas, entre os quais 300 milhões de euros para a modernização administrativa da PSP de Lisboa, do Instituto de Reabilitação Urbana e da PJ; 31 milhões para o Instituto de Registos e Notariado; 23 milhões no Gabinete de Estatística do Ministério da Educação; 20 milhões para a qualificação profissional da Administração Central, além de uma verba não quantificada para o Website da PSP de



Lisboa, entre muitas outras rubricas que só tem sido possível conhecer através de diligências do tribunal.

Rui Rio denunciou, a propósito, o expediente contabilístico que, no futuro, permitirá ao Governo justificar a existência de algo que nunca o foi.

“De cada vez que se fizer uma obra em Lisboa pagando-a com dinheiro destinado ao Norte, essa mesma obra figurará contabilisticamente como tendo sido realizada no Norte, quando, na realidade, foi executada em Lisboa. Acho isto uma vergonha, que todo o Norte tem de conhecer”, exclamou o Presidente da JMP e da Câmara do Porto.

“Não consigo compreender como é que um Governo - seja ele qual for - pode fazer um discurso de unidade nacional, garantindo que olha para o país como um todo e criticando a centralização em Lisboa e, depois, faz coisas destas!”, acrescentou.

Apesar de se mostrar convicto de que a JMP irá ganhar a acção interposta em Bruxelas, Rui Rio reconhece, no entanto, poder tratar-se de uma espécie de vitória de Pirro. “Mesmo que ganhemos em Tribunal, como é muito provável, o processo já não terá remédio, pelo facto de essas verbas já terem, entretanto, sido aplicadas”, observou.

O autarca informou, a propósito, ser intenção da JMP enviar a Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, o dossiê respeitante a toda esta matéria, por se tratar, na sua óptica, de algo “que contraria a lógica comunitária”.

Autoridade Metropolitana de Transportes: Junta vai nomear representantes depois de conhecer o seu modelo de financiamento

Apesar de considerar não ser politicamente pertinente nomear os membros responsáveis da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP) a poucos meses de eleições legislativas e autárquicas, a JMP está disponível para indicar os seus representantes logo que conheça o modelo de desenvolvimento daquela estrutura, uma questão que ainda não foi respondida pelo Governo, desde que há dois anos foi interrogado nesse sentido, na pessoa da Secretária de Estado dos Transportes.

“Embora critique politicamente esta nomeação à imprensa e em cima das eleições, a JMP está disponível para nomear os seus representantes, desde que lhe seja claramente dito quanto é que terá de

pagar, até porque este mesmo Governo decretou um corte de cerca de 40% no orçamento da AMP, que até já era exíguo”, declarou Rui Rio.

“Se entenderem que devemos nomear os nossos representantes para o Conselho Geral e para o Conselho de Administração da AMTP terão, obviamente, de nos dizer quanto é que isso implica em termos financeiros”, clarificou.

JMP quer que os partidos se pronunciem sobre o futuro modelo de gestão do Sá Carneiro

O Presidente da JMP enviou, no passado dia 12 de Junho, uma carta a todos os líderes dos cinco partidos com assento parlamentar, no sentido de esclarecerem que posição defendem relativamente ao futuro modelo de gestão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no quadro da possível privatização da ANA e caso sejam chamados a formar ou a integrar o Governo, na sequência das próximas eleições.

Na missiva, hoje distribuída à comunicação social, a JMP afirma-se disponível para reunir-se com os representantes partidários, com vista a debater esta e outras matérias, no quadro eleitoral que se avizinha.

Câmara obrigada a queixar-se da instrumentalização da RTP

O Vice-Presidente da Câmara do Porto, Álvaro Castello-Branco requereu à ERC - Entidade Reguladora da Comunicação Social que intervenha junto da RTP no sentido de pôr cobro à censura e discriminação que o operador público de televisão tem vindo a exercer sobre a cobertura noticiosa da vida municipal, do Executivo Camarário, e do seu Presidente, enquanto tal.

Numa longa exposição onde são enumerados os casos mais flagrantes de censura da RTP à informação gerada no universo do Município do Porto, Álvaro Castello-Branco esclarece o regulador dos media, a título de exemplo, que no primeiro semestre deste ano apenas por duas vezes a RTP fez a cobertura de eventos onde surge a figura do Presidente da Câmara do Porto enquanto tal.

Ainda assim, acentua o texto do Vice-Presidente, nos dois eventos noticiados pela RTP, Rui Rio, enquanto Presidente da CMP, surge à "boleia" do Ministro da Cultura - na visita às galerias de arte no Porto - e do Presidente da Câmara de Lisboa - na sessão das Euro-Regiões em Bruxelas. Sem esta "preciosa ajuda" socialista o Presidente da Câmara do Porto, enquanto tal, teria pura e simplesmente sido totalmente varrido dos ecrãs da RTP desde o início do corrente ano.

No requerimento enviado à ERC, o Vice-Presidente da CMP acusa a RTP de violar despudoradamente os preceitos constitucionais, a Lei da Televisão e o Estatuto do Serviço Público, instrumentos que impõem à RTP obrigações de cobertura noticiosa de relevante interesse público com rigor, isenção, neutralidade e pluralismo ideológico. O facto de estarmos próximo de eleições é visto como a principal razão para este comportamento da televisão pública.

Álvaro Castello-Branco considera ainda que esta degradação da RTP se agravou com a aproximação das eleições e com a nomeação, no ano passado, do jornalista Luís Costa para responsável editorial da RTP/Porto, jornalista que nunca tinha trabalhado em televisão e que, como é do conhecimento geral, sempre manifestou publicamente um ódio patológico contra Rui Rio, em dezenas e dezenas de crónicas publicadas no jornal "Público" e no "JN", e que foram igualmente remetidas à ERC em pasta de arquivo anexa.

Animação e Cultura Revitalização da Baixa: Praça Carlos Alberto ganha vida com novo mercado

Todos os sábados, até Setembro, a Praça de Carlos Alberto ganha uma nova vida com a realização de um mercado baseado no famoso Portobello londrino, dando mais vida ainda à revitalização da Baixa. A primeira edição, que decorreu no passado sábado, contou com 28 espaços mas pode ser alargada. A ideia conta com o apoio da Câmara Municipal do Porto.

No sábado, entre as 14h00 às 19h00, centenas de pessoas passaram pela Praça

de Carlos Alberto, transformada em ponto de encontro de diversos comerciantes. Ali se podiam comprar selos, postais, livros sobre o Porto, máquinas fotográficas dos anos 30, etc, num mercado inspirado no Portobello, de Londres.

O "Portobello" portuense pretende tornar-se num local que se distinguirá pela diversidade de artigos à escolha e de públicos. A proposta, da designer e vitrinista Inês Magalhães, de criar o mercado foi submetida à CMP em 2008 e aprovada no início de Junho. "Queremos dar alma ao centro da cidade, que está cada vez melhor", confessa Inês Magalhães, acrescentando: "A Praça Carlos Alberto foi reabilitada há pouco tempo e merece esta vida".

O "Portobello" só está previsto que funcione até Setembro, sendo interrompido no Outono e Inverno. Desta forma, a iniciativa pretende dar o seu contributo à revitalização que está a acontecer na Baixa, com mais espaços comerciais abertos, de diferentes sectores (moda, restauração,



noite, cultura, etc) e mais públicos, de diferentes idades a frequentá-los. Qualquer pessoa se pode inscrever através do

e-mail: mercadoportobelo@gmail.com

- Gab. Imp. CM Porto

Notícias dos Açores

PSD constitui "alternativa credível e ganhadora" na Horta



A líder do PSD/Açores considerou sexta-feira que o partido constitui uma "alternativa credível e ganhadora" nas eleições autárquicas na Horta, alegando que a lista social-democrata vai ser "capaz de devolver" ao concelho o estatuto que "historicamente merece".

"Os faialenses têm hoje ao seu alcance uma alternativa credível e ganhadora. Para a câmara municipal da Horta, os faialenses podem escolher uma equipa coesa, competente, honesta e dedicada. O PSD orgulha-se de apresentar uma equipa capaz de devolver à Horta o estatuto que historicamente merece, que é o de ser um dos três municípios mais importantes dos Açores", afirmou Berta Cabral, na sessão de apresentação da candidatura de Paulo Oliveira à presidência da autarquia.

A líder social-democrata salientou que os candidatos do partido "têm provas dadas, vontade de servir e condições para fazer melhor", enquanto que "o PS já provou que não tem capacidade de renovação".

Berta Cabral sublinhou que Paulo Oliveira, sendo um candidato independente, "personifica, por isso, o sentimento de mudança que perpassa a sociedade faialense".

A presidente do PSD/Açores referiu

que o candidato à presidência da câmara da Horta tem uma "perspectiva adequada do crescimento que a cidade e o concelho precisam" por ser arquitecto de profissão, além de ser capaz de "garantir uma gestão autárquica eficiente e eficaz", pois é um "empresário bem sucedido".

Para a presidente do PSD/Açores, "esta candidatura de independentes e militantes é um símbolo da participação democrática".

"O PS coligou-se com os comunistas para se manter na câmara da Horta. O PSD está coligado com os faialenses para dinamizar a câmara na Horta", afirmou.

A líder social-democrata acrescentou que os social-democratas garantem à ilha do Faial uma "mudança segura", enquanto que o PS "não vai fazer nos próximos quatro anos nada que já não pudesse ter feito nos últimos 20".

PSD pede explicações sobre pagamento das ajudas comunitárias

O PSD/Açores questionou "a continuada inexistência de um calendário de pagamentos das ajudas directas comunitárias aos agricultores da região", querendo saber se serão efectivados, "antecipadamente, os pagamentos das citadas ajudas em Outubro deste ano, depois de não se ter verificado a existência de uma calendarização para o efeito".

O assunto motivou um requerimento dos deputados social-democratas, enviado hoje à assembleia legislativa, onde é salientado o recente anúncio da comissão da agricultura, relativamente "à vontade da

comissão em antecipar o calendário de pagamentos para 16 de Outubro de cada ano, ou seja, podendo os estados membros optar por efectuá-los mais cedo, até 70% do seu valor total", pelo que o PSD argumenta que, Portugal pode, "se assim quiser, efectuar os pagamentos das ajudas de 2009 a partir dessa data".

Realçando que a ausência de calendário de pagamentos em 2009 "dificultou o estabelecimento do pagamento dos seus compromissos aos agricultores açorianos", o requerimento lembra que, "na região, as ajudas comunitárias são fundamentais para a sobrevivência da actividade agrícola, nos seus vários subsectores".

"Os agricultores açorianos vivem tempos de elevada dificuldade na obtenção dos seus rendimentos, atendendo à incerteza dos preços dos seus produtos e à incerteza do pagamento das ajudas comunitárias", refere António Ventura, o porta-voz do PSD para a agricultura.

Recordando que "o governo regional, em resposta a requerimentos do PSD, e nas sessões plenárias, sempre disse que os agricultores teriam um calendário de pagamentos, situação que não se verificou", o deputado adianta que os deputados laranja pretendem saber "as razões que levaram à inexistência desse calendário para 2009".

Sendo que as ajudas directas comunitárias são pagas "a partir de 1 de Dezembro do ano da campanha, até ao dia 30 de Junho do ano seguinte", conforme estipulam os regulamentos comunitários, António Ventura afiança que "a grande fatia só é paga aos agricultores, infelizmente, no fim desse intervalo temporal e por decisão dos governos regional e da república", explica. - Gab. Imp. PSD/Açores

JSD quer incluir prevenção da toxicodependência na disciplina de Formação Cívica

O líder da JSD/Açores propôs no fim-de-semana, em Ponta Delgada, que a prevenção da toxicodependência e do alcoolismo seja “matéria obrigatória” a incluir no currículo da disciplina de Formação Cívica e anunciou a apresentação no parlamento de uma proposta nesse sentido.

“A JSD/Açores, enquanto maior organização política de juventude, numa óptica de seriedade e responsabilidade para com os jovens açorianos, irá reunir com o grupo parlamentar do PSD/Açores para que este apresente um projecto de resolução em que a problemática das dependências – álcool e droga – seja uma matéria obrigatória a incluir na disciplina de Formação Cívica nas escolas”, afirmou Cláudio Almeida, em conferência de imprensa.

O líder dos jovens social-democratas defendeu a necessidade de haver uma “prevenção primária junto dos mais novos” sobre a toxicodependência na Região, alegando que “não está definida a obrigatoriedade de abordagem a este tema”.

Cláudio Almeida referiu que a organização de juventude do PSD/Açores “registou com satisfação” a criação da direcção regional da Prevenção e Combate às Dependências, mas lamentou que se “desconheçam medidas concretas” por parte daquele departamento do governo regional.

“O combate a este problema faz-se com acções concretas no terreno. Muito pouco ou nada se conhece dos planos de acção dessa direcção regional que tem já seis meses de existência”, sublinhou.

O presidente da JSD/Açores lembrou que o arquipélago “é uma das regiões do país onde se registam mais detenções relacionadas com o tráfico de drogas e onde 80 por cento dos roubos e pequena criminalidade são praticados por indivíduos que precisam de dinheiro para comprar drogas”. – Gab. Imp. JSD/Açores



A Juventude Barquense está em força com o candidato Augusto Marinho



Foi apresentada, no fim-de-semana passado, a candidatura de Augusto Marinho à Presidência da Câmara Municipal de Ponte da Barca, no decorrer de um jantar-convívio que reuniu quase mil pessoas, onde foi verdadeiramente notável a força da Juventude Social Democrata no apoio ao candidato.

Num ambiente de grande mobilização e convergência de energias, a festa contou ainda com a presença de todos os ex-presidentes da Comissão Política do PSD de Ponte da Barca, Manuel Barreto Lopes e João Rodrigues Esteves e de todos os ex-presidentes da Câmara eleitos pelo PSD, nomeadamente Gastão Guimarães, Cabral de Oliveira e Armindo Silva.

Na sua intervenção, o candidato começou, aliás, por agradecer a participação das pessoas, acrescentando que a adesão em tão elevado número constituía a prova única de que, cada vez mais, é urgente unir esforços e vontades para se inverter o rumo que o Concelho tem seguido nos últimos quatro anos.

Abrangendo todas as áreas vitais para o futuro do Concelho, Augusto Marinho dirigiu-se em particular aos mais jovens, presentes em grande número, dizendo-lhes que as suas inquietações e anseios serão uma inspiração para os novos horizontes que o PSD deseja rasgar para o Concelho, porque, realçou, “também eu sinto a força, o entusiasmo e o sonho do que

é ser jovem”. E deixou-lhes uma promessa: “No Conselho Municipal de Juventude, criado pelo anterior Executivo social-democrata e só agora reactivado por imperativos legais e por exigência da JSD, tereis sempre um espaço de debate e um órgão empenhado na resolução dos vossos problemas”.

Da varanda do restaurante onde foi servido o jantar, usaram ainda da palavra os mandatários de campanha que foram nesse dia apresentados, nomeadamente o mandatário da juventude, José Alfredo Oliveira (Presidente da Comissão Política da JSD de Ponte da Barca) e o mandatário da candidatura, Gastão Guimarães (ex. Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca). Falaram ainda os Presidentes das Comissões Políticas da Secção e da Distrital, respectivamente Cabral de Oliveira e Eduardo Teixeira.

Comum a todas as intervenções foi a convicção de que a mudança não só é necessária como está ao alcance do PSD, com o esforço e a mobilização de todos os barquenses. – Gab. Imp. JSD/Açores



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



ALVALADE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alvalade da Secção B, para reunir no próximo dia 08 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h00 na sede da Secção, sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Ponto de situação relativo à candidatura autárquicas do PSD à Assembleia de Freguesia de Alvalade

3 – Análise da situação política

ERMESINDE / NÚCLEO

Rectificação

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Ermesinde para reunir no próximo dia 02 de Julho de 2009 (quinta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 870 em Ermesinde, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Aprovação da estratégia e candidato à Assembleia de Freguesia, propostos pela Comissão Política do Núcleo de Ermesinde, tendo em vista as eleições autárquicas 2009

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 03 de Julho de 2009, (sexta-feira) 21h30, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego, para reunir no próximo dia 10 de Julho de 2009, (sexta-feira) 21h00, na cantina da Escola Primária da Sé, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política local

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir no próximo

dia 14 de Julho de 2009 (terça-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Informação de carácter geral

2 – Análise da situação política

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 06 de Julho de 2009 (segunda-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Praça da República, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Dar a conhecer aos militantes a estratégia a adoptar pela CPS, com vista ao próximo acto eleitoral autárquico (eventual coligação com o CDS/PP), bem como os candidatos autárquicos

2 - Diversos

SECÇÃO – A / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção A de Lisboa, para reunir no próximo dia 14 de Julho de 2009 (terça-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua República da Bolívia, nº 53 – 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Autárquicas 2009 – No cumprimento estipulado no artigo 50º, nº2 alínea f), dos estatutos do Partido Social Democrata

2 – Análise da situação política

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Da secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 11 de Julho de 2009 (sábado), pelas 21h00 na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Eleições Autárquicas e Legislativas

2 – Análise da situação política local e nacional



CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e por solicitação da Comissão Política Distrital, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco, a reunir dia 12 de Julho de 2009, pelas 15 horas, no Auditório Geral de Cernache do Bonjardim, sito na Rua 5 de Janeiro, no Conselho da Sertã com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política
 - 2 – Avaliação de desempenho nas eleições ao parlamento europeu
 - 3 – Discussão da estratégia eleitoral às eleições legislativas e autárquicas
- A Mesa do Conselho Distrital
(Elsa Fernandes Marmelo)

CONSELHO DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, dos demais regulamentos aplicáveis convoco o Conselho Distrital da JSD de Évora, para reunir no dia 12 de Julho de 2009 (Domingo) pelas 15 horas, na Sede Distrital do PSD de Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Proposta e Debate de Projectos Políticos e Candidatos às Eleições Autárquicas;

3 – Proposta e Debate de Projecto Político e Candidatos às Eleições Legislativas;

4 – Análise da Situação Política

O Presidente do Conselho Distrital

(Joel Pedreirinho)

NÚCLEO DE CANEDO

Ao abrigo do art. 102º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial de Canedo, para uma sessão ordinária, a realizar no dia 25 de Julho de 2009 (Sábado), pelas 21h30, no Edifício do Centro Social de Canedo, sito na Rua do Centro Social, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política Local e Nacional;

2 – Outros assuntos;

O Presidente da Mesa de Plenário de Núcleo

(Ricardo Correia Colaço)

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção do Seixal da JSD, para reunir no dia 26 de Julho de 2009, pelas 18 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Movimento das Forças Armadas, n.º 11 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política e Partidária;

3 – Outros assuntos.

A Presidente de Mesa do Plenário da Secção do Seixal

(Maria Luísa Marques da Gama)

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Ordinário, da JSD da Secção do Cartaxo, a realizar-se no dia 10 de Julho de 2009, pelas 22 horas, na Sede do PSD/Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, lote 3 – 1.º Dto., no Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações e Análise da Situação Política;

2 – Importância da JSD Cartaxo nas Autárquicas 2009;

3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário JSD Cartaxo

(João Ferreira Heitor)

CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra para reunião a realizar no próximo dia 9 de Julho de 2009 (quinta-feira), pelas 21h30, na Sede do PSD de Vila Nova de Poiares, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da situação política actual;

3 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Coimbra;

4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Filipe Carraco dos Reis)